

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS - CECEN
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
CURSO DE HISTÓRIA

KATYRE ROSA DE JESUS LIMA

**A VILA DE ICATU NA POLÍTICA COLONIZADORA DA CAPITANIA DO
MARANHÃO (1686-1761)**

São Luís – MA
2019

KATYRE ROSA DE JESUS LIMA

**A VILA DE ICATU NA POLÍTICA COLONIZADORA DA CAPITANIA DO
MARANHÃO (1686-1761)**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Maranhão como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciatura Plena em História.

Orientadora: Prof^aDr^aHelidacy M. Muniz Corrêa

São Luís – MA

2019

Lima, Katyre Rosa de Jesus.

A Vila de Icatu na política colonizadora da capitania do Maranhão (1686-1761). /
Katyre Rosa de Jesus Lima. – São Luís, 2019.

68 f.

Monografia (Graduação) – Curso de História, Universidade Estadual do
Maranhão, 2019.

Orientador: Prof^ª Dr^ª Helidacy M. Muniz Corrêa

1. Colonização Portuguesa. 2. Capitânia do Maranhão.
3. Vila de Icatu. I. Título

CDU 94(812.1)''1686-1761''

KATYRE ROSA DE JESUS LIMA

**A VILA DE ICATU NA POLÍTICA COLONIZADORA DA CAPITANIA DO
MARANHÃO(1686-1761)**

Monografia apresentado ao Curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Maranhão como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciatura Plena em História.

Orientadora: Prof^ªDr^ªHelidacy Maria Muniz Corrêa

Apresentada em 20/12/2019

BANCA EXAMINADORA

Prof^ªDr^ªHelidacy Maria Muniz Corrêa (Orientadora)
Universidade Estadual do Maranhão

Prof^º Dr. Carlos Alberto Ximendes
Universidade Estadual do Maranhão

Prof^º Dr. Alan Kardec Pacheco Gomes Filho
Universidade Estadual do Maranhão

À minha filha, razão de toda a minha vida e que nunca deixou eu desistir de estar aqui, de continuar. Ao meu “amor”, minha pequena Maria Elisa.

AGRADECIMENTOS

Sobre o caminho que trilhei este jamais poderia ser possível sem a permissão de Deus. Os planos Dele são para além do nosso entendimento, dos quais só resta a nós, cristãos, confiar. A história de Deus na minha vida é repleta do Seu amor por mim, sobre cada uma de minhas conquistas, decepções, medos e erros. Ele sempre esteve lá. É a Deus que sou grata por tudo que vivi até aqui.

Quando criança, jamais imaginei cursar História, pensava em ser médica veterinária. No meio do caminho, descobrir que as coisas nem sempre são como imaginamos, ou como sonhamos; foi assim que a História enquanto disciplina surgiu por acaso na minha vida. Mas era preciso entender que as coisas não seriam fáceis dali para frente.

Desde os meus dezesseis anos de idade, quando sair da cidade de Axixá – MA para estudar, tive ajuda e apoio dos meus pais e alguns familiares, lhes sendo grata e demonstrando aqui meu agradecimento. Mas guardo nessa jornada inúmeras pessoas, com os mais diversos significados. Quando decidi cursar História, tinha apenas dezessete anos, e descobrir na Faculdade Santa Fé, que nossos sonhos podem mudar, nessa fase da minha vida, sou grata a Adrielly Souza e a Ionayra Lima, amigas das horas boas ou ruins, presentes até para juntarmos nossos 25 centavos na compra de um lanche. Obrigada por isso e por compartilharem conhecimento comigo.

Entrar na Universidade Estadual do Maranhão, em 2014 foi a realização de um sonho. Estudar em uma Universidade Pública mostrava para mim mesma, que eu era capaz, sempre quis tirar as melhores notas e encerrar meu curso no período certo, mas os caminhos não são iguais para todo mundo. Precisei trabalhar desde o segundo período da faculdade, pois sempre entendi o quão difícil era para meus pais sustentarem dois filhos morando em outras cidades, sendo meu pai, trabalhador autônomo, porém vereador no ano de 2014, mas cabia a mim ajudar-lhes também, embora continue dizendo até hoje: trabalhar e estudar não são duas coisas que conversam entre si. Não vou deixar de agradecer aos meus pais, porém, faço isso cronologicamente, e cabe explicar, que lhes agradeço nesse parágrafo, pois foi quando a minha fase adulta precisou chegar, e que pude compreender tudo o que fizeram por mim, e desde então irei agradecer-lhes todos os dias. Mãe (Maria Aldenice) e pai (Domingos Lima), considero que seria inútil lhes agradecer sem dizer o quanto amo vocês.

Dentro da Universidade, sinto-me na obrigação de agradecer a todos que passaram por essa jornada comigo, seria injusto não citar Sara Vitória, Yara Cristine, Lianne Sodré, Kalynne Sued, Raynara Macau, Thais Samara, Rayssa Sousa, em específico, quando no 4º período do curso, me acolheram, representaram e me ajudaram de diversas formas na minha gravidez e até mesmo no chá de fralda.

Ao longo dessa caminhada conheci a Jorlany Tainá, amiga para todas as horas, e no meio do vai e vem de pessoas em nossa turma, ela, mesmo que distante, sempre esteve comigo. Dividimos almoços, alegrias, desesperos, segredos, conhecimento, bancadas em apresentações nos eventos, andamos o Centro Histórico de São Luis inteiro. Compartilhamos as mesmas frustrações e sonhos incríveis, tia da minha filha, obrigada.

Mas, o momento da minha gravidez foi crucial para como eu seria dali para frente, dentro e fora do meu curso. Após o nascimento da minha filha, a Universidade Estadual do Maranhão me concedeu os meses de março até junho de 2016 em período de licença maternidade. Fiz todas as provas online, com apoio de meus professores, cumprindo os prazos, tendo uma queda no rendimento, mas conseguindo aprovação em todas as cadeiras a qual estava matriculada. Senhor Fábio Monteiro, essa é a hora de lhe agradecer mais uma vez, pela compreensão e dedicação com este curso. Senhora Carine Dalmás, talvez você não tenha percebido, mas acabou se tornando um exemplo para mim, não só enquanto profissional, mas também enquanto mãe, enquanto mulher.

A minha querida orientadora, que se mostrou extremamente compreensível quando passei pelo Transtorno Depressivo e Transtorno de Ansiedade, perdendo prazos da entrega de monografia e atropelando todos os temas discutidos. Querida professora Helidacy Corrêa, tens a minha admiração por toda a vida. És de todas as professoras com as quais já tive contato, a mais humana e companheira. Obrigada! És um exemplo da profissional que quero ser.

No sexto período da faculdade, ainda morando em Axixá, viajava 192,0 km por dia de segunda a sábado, saía de casa as 04h00min da madrugada e voltava as 16h30min. Quando chegava em casa amamentava a minha filha, mas ao longo do tempo, comendo mal, e as vezes nem dormindo, quase me faltavam forças para isso. Este é o momento para agradecer a minha filha Maria Elisa, por ser a razão de tudo isso que vivi, por me mostrar que sou mais forte quando estou com ela, e que ser mãe solo aos 21 anos é um desafio assustador, mas gratificante e apaixonante. Cada linha deste trabalho monográfico foi escrita pensando nela, e nas probabilidades dela acordar

enquanto tento escrever uma página nas madrugadas disponíveis ou nos efeitos da minha ausência. Portanto, é a ela, a minha filha que irei agradecer primordialmente; pelo sentido que tudo passou a ter a partir do momento que a mascote da turma 2014.1 nasceu. É tudo por ela.

A toda família Santos e Lima, em especial as minhas tias Celiana Santos, Célia Santos, Conceição Santos, Valdmeire Lima, Valdirene Lima e Valdmir Lima, por me acolherem em suas casas como filha, por me ajudarem seja financeiramente ou academicamente e por tornarem-se mães para mim. Guardo uma parte ao meu amigo e irmão em Cristo, Paulo Wagner, que com toda a sua disponibilidade, esteve sempre me ajudando nas viagens a Icatu e no apoio para a vida.

Não posso deixar de agradecer ao meu irmão Kássio Lima, que me deu ainda mais motivos para continuar(ainda que sem perceber) quando pensei em trancar a faculdade.

À administração da minha cidade, na pessoa de Sônia Campos, pelo apoio e confiança para licenciar por quase dois anos a disciplina de História no município de Axixá, além das viagens que não precisei pagar para faculdade, pois sempre encontrei no município caronas para viajar até São Luís.

A todos, meus mais sinceros agradecimentos.

Aos que não citei aqui, por esquecer no momento, saibam que divido com vocês minha gratidão!

“Eu tentei 99 vezes e falhei, mas na centésima tentativa eu consegui. Nunca desista de seus objetivos mesmo que esses pareçam impossíveis, a próxima tentativa pode ser a vitoriosa.”

Albert Einstein

RESUMO

O vasto domínio e constantes investimentos de Portugal durante a colonização do Brasil nos levam a perceber a aparente carência de uma análise sobre cada esforço e seus devidos fins na política de colonização portuguesa; é o caso da vila de Icatu enquanto agente da expansão territorial no Maranhão. Este trabalho tem como objetivo evidenciar a história de Icatu no processo de povoamento nas capitanias reais, adquirindo um papel fundamental para a expansão e segurança dos domínios portugueses em terras maranhenses; assim, estuda-se a relação entre o poder central, regional e local, além das atividades econômicas envolvidas e seus devidos resultados, a fim de compreender melhor as particularidades da Vila de Icatu e seu processo de colonização. Através de documentação levantada do Arquivo Histórico Ultramarino é possível perceber os anseios e a relação entre os colonos com Portugal, uma pesquisa não tão profunda, mas necessária, já que boa parte dos documentos do período colonial sobre Icatu foram perdidos em um incêndio no cartório local e que dialoga com produções bibliográficas incluindo como principal a obra de um historiador icatuense. Como resultado percebe-se que a mudança de localização da referida vila e sua amplitude durante os séculos XVII e XVIII demonstram sua influência e particularidades na política de colonização da Amazônia Oriental.

PALAVRAS-CHAVE: Colonização portuguesa. Capitania do Maranhão. Vila de Icatu.

ABSTRACT

The vast dominance and constant investments of Portugal during the colonization of Brazil lead us to realize the apparent lack of an analysis of each effort and its due ends in the Portuguese colonization policy; This is the case of the village of Icatu as an agent of territorial expansion in Maranhão. This paper aims to highlight the history of Icatu in the process of settlement in the royal captaincies, acquiring a fundamental role for the expansion and security of Portuguese domains in Maranhão lands; Thus, the relationship between the central, regional and local power, as well as the economic activities involved and their results, is studied in order to better understand the particularities of Icatu Village and its colonization process. Through documentation collected from the Overseas Historical Archive, it is possible to understand the desires and the relationship between the colonists and Portugal, a research not so deep, but necessary, since much of the documents of the colonial period on Icatu were lost in a fire in the local registry office. And that dialogues with bibliographical productions including as main the work of an icatuense historian. As a result it can be seen that the change of location of this village and its amplitude during the seventeenth and eighteenth centuries demonstrate its influence and particularities in the politics of colonization of the Eastern Amazon.

KEYWORDS: Portuguese colonization. Captaincy of Maranhão. Icatu Village.

LISTA DE IMAGENS

FIGURA 1 – Fragmento do mapa “Pequeno Atlas do Maranhão e Grão Pará”.....	18
FIGURA 2 – Planta do Forte de Santa Maria da Guaxenduba.....	19
FIGURA 3 – Captura feita de imagem via satélite.....	25
FIGURA 4 – Mapa da costa do Maranhão com ênfase na localização dos rios Munim, Itapecuru, Mearim e Pindaré.....	38

FOTOS

FOTO 1 – Capela de Nossa Senhora da Luz.....	23
FOTO 2 – Vista da janela principal da Capela.....	24
FOTO 3 – Ruínas da fazenda Munim Mirim.....	46
FOTO 4 – Igreja de Nossa Senhora da Conceição, Icatu – MA.....	54
FOTO 5 – Altar da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, Icatu – MA.....	55
FOTO 6 – Prédio da Câmara Municipal de Icatu – MA.....	56
FOTO 7 – Faixada da Secretaria Municipal de Educação de Icatu – MA.....	57

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1: A VILA DE ICATU NA POLÍTICA PORTUGUESA DE OCUPAÇÃO DA CAPITANIA DO MARANHÃO	15
1.1 De Vila Velha à Vila Nova: a Batalha Guaxenduba e o processo de territorialização de Icatu.....	17
1.2 A territorialidade da Vila de Icatu.....	25
CAPÍTULO 2: A ESPACIALIDADE DO MARANHÃO E GRÃO-PARÁ E A VILA DE ICATU	29
2.1 A Vila de Icatu e os desafios da economia local	33
2.2 A conquista e a proximidade a um porto de mar	38
CAPÍTULO 3: O DILEMA DOS EMPREENDIMENTOS NA VILA DE ICATU	40
3.1 As relações contratuais como elemento para o desenvolvimento econômico local.....	43
3.2 A construção da coletividade a partir do uso da oralidade	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
REFERENCIAS	64

INTRODUÇÃO

A imagem da Vila de Icatu fora sempre muito bem vendida em função de um melhor e maior investimento em sua povoação. Até final do século passado o porto de Icatu era constantemente visitado por homens que vinham de várias regiões do Maranhão, principalmente de São Luis para a coleta de areia no Rio Munim. Icatu era cidade de descanso, de passagem, cidade da “*Maria do Cais do Porto*” de Zozildo Pretto (2002) que conta a história da Vila de Icatu nas memórias das mulheres que esperavam as embarcações no porto da cidade.

Porém antes de tudo isso, essa Vila cheia de encantamentos, estórias e histórias que despertam a curiosidade de qualquer um que a conheça, foi palco da Batalha de Guaxenduba, importante acontecimento para a consolidação do domínio português. Perceber Icatu enquanto parte de uma Capitania Real (Maranhão), que recebeu constantes investimentos da Coroa Portuguesa para o estabelecimento de uma povoação é de extrema importância para a história local.

Convém, portanto, investigar a Vila de Icatu em finais do século XVII até início da segunda metade do século XVIII (1686 – 1761) pela razão de que durante esses 75 anos delimitados para esta pesquisa existe um índice elevado de cartas no Arquivo Histórico Ultramarino, disponíveis pelo Projeto Resgate da Biblioteca Nacional de História, que nos fazem perceber a movimentação política, econômica e social daquela região, no que diz respeito às especificidades que fez daquele domínio português um território de constante preocupação em se estabelecer uma ocupação dentro de uma capitania que não era privada, mas tinha uma localização geográfica para melhor defesa do território maranhense e que após 1614 foi perdendo gradualmente a função de servir enquanto forte.

Até onde a Vila de Icatu exerceu papel na expansão territorial dos domínios portugueses? E como esse domínio se expandiu ao longo do tempo? Até porque o forte de Santa Maria da Guaxenduba foi se perdendo em ruínas com o passar do tempo, e no início do século XVIII já era relatado o descaso com a construção e conseqüentemente uma maior insegurança local; porém a Coroa insistiu naquela povoação a ponto de aceitar os pedidos de transferência territorial da dita vila em esperança do progresso dela.

Este estudo trata dessas questões ao longo de quatro capítulos. No primeiro damos ênfase a política de ocupação da Coroa Portuguesa, onde partimos do macro para

o micro, abordando a formação territorial da Vila de Icatu no ano de 1759 como elemento e consequência pós Batalha de Guaxenduba, exercendo um papel de assegurador do domínio.

A questão da localização da referida vila serve de estudo para se entender o comportamento estratégico da Coroa durante o processo de ocupação das terras do Maranhão. Além disso, a vila em questão, é palco de constantes tentativas de estabelecer uma economia local duradoura e que possibilitasse o sucesso do investimento português, portanto, no segundo capítulo é tratado o uso da terra e a economia local, em relação a como isso influenciou no resultado final da definição sobre o espaço a ser usado em 1759, quando data a mudança de local da Vila de Icatu.

Durante o capítulo dois é possível observar a maneira como a terra foi dividida através de sesmarias, o que não diferencia a Vila em estudo das demais, mas a ocupação de fato das posses e a mão de obra se tornou insuficiente entre o final do século XVII e primeira metade do século XVIII, transformando assim o espaço em um território de pouca fertilidade – por questões naturais – e pouca movimentação econômica.

O ano de 1759 (transferência final da Vila) ficou marcado na história da atual cidade de Icatu, assim como o ano de 1614 (Batalha de Guaxenduba), então é necessário compreender os anos que se passam entre esses períodos. Assim, este estudo trabalha o recorte entre o período de 1686 a 1761, porém em determinados momentos é preciso que se comentem fatos anteriores e posteriores aos delimitados, justamente pela questão de que é necessário compreender a formação da história de Icatu.

O capítulo três aborda questões como o desenrolar da construção social da Vila, assim como a busca por uma efetiva economia local que fosse além da economia de subsistência. Além disso, comenta-se a necessidade de se evidenciar a preocupação com a evolução do espaço então conquistado, não só pelo povo que ocupava aquele território como também pela Coroa Portuguesa, ressaltado ainda mais com a dificuldade em encontrar mão de obra que correspondesse aos anseios locais.

A necessidade da execução do trabalho fica visível ao se comentar sobre a fazenda Munim-Mirim construída anos mais tarde a mudança da Vila de Icatu, mas cujo é necessário comentar sobre a sua existência enquanto resultado do processo de expansão da conquista. Tal fazenda resultou na construção do sentimento de identidade local mais forte na região onde hoje é a atual cidade de Axixá, devido a importante ferramenta da oralidade que passa por gerações como tradição local.

O mesmo capítulo aborda, também, o significado da história contada, assim como a ideia de pertencimento e construção da identidade local, possível a partir de entrevistas realizadas com moradores locais da cidade de Icatu. Esse é um momento para se entender até onde o povo se permite conhecer o seu passado. É uma forma de perceber como a história da fundação de Icatu se mantém após um pouco mais de 400 anos. O que a sociedade Icatuense, sabe sobre a sua própria história?

Ao longo desses capítulos citados, é possível visualizar o quão grande foi o processo colonizador de Portugal no Maranhão e como isso ainda é visível e interfere em regiões que foram ativas durante a ocupação do interior maranhense.

CAPÍTULO 1: A VILA DE ICATU NA POLÍTICA PORTUGUESA DE OCUPAÇÃO DA CAPITANIA DO MARANHÃO

Durante o processo de colonização do Maranhão, a instituição de vilas se tornou importante na proteção e conquista do território, dentre as ferramentas utilizadas, foi esta a que mais modificou o espaço. As construções de tais empreendimentos no Maranhão especificamente conversam com o ideal de proteção, necessário para o bom funcionamento da política portuguesa. Nesse sentido, a Vila de Icatu surge como importante agente histórico na administração colonial, evidenciando as práticas, estratégias e os erros cometidos pela Coroa Lusa referentes aos seus domínios.

Entre os séculos XVI e XVII, sobre a política dual da monarquia ibérica, o Maranhão continha como fundamental para as duas Coroas, a sua localização estratégica geopoliticamente, o que asseguraria a defesa do território e a possibilidade de meios para novas riquezas com rotas que ligavam ao Peru, importante interesse para as frotas Espanholas, além de fazer parte de um pacote de medidas que incluía expulsar os franceses, parar o avanço inglês e estabelecer uma zona comercial entre o Maranhão e as regiões de exploração espanhola.¹

As ligações entre as rotas comerciais atrelavam-se ao desejo e a prevenção em relação a tomada de terra pelo inimigo europeu, na conquista. A preocupação não era só em perder puramente a terra, na verdade, perde-la significava perder também as rotas comerciais, fundamentais no projeto de ocupação da Monarquia Dual. Tal situação ajuda a explicar o acompanhamento das Coroas hispano-lusa (mas necessariamente Portugal, no que se refere a ocupação e povoação) durante o século XVII, mediante o processo de conquista do Maranhão, adotando medidas que podem ser vistas, por exemplo, no processo de povoação da Vila de Icatu, que sofreu alterações, como a mudança de local, para a construção de um novo espaço de urbanização mais adequado aos seus moradores e o atendimento aos pedidos de novos investimentos ou auxílios na manutenção da Vila, e sua respectiva economia.

As Vilas eram importantes para a Coroa Portuguesa como núcleo urbano primeiramente e, sobretudo, para manter seu domínio e proteção dos moradores da terra, mas, era necessário estruturá-las, o que exigia investimento. Assim, as Vilas

¹ CARDOSO, Alírio. *A conquista do Maranhão e as disputas atlânticas na geopolítica da União-Ibérica (1596-1626)*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 31, n° 61, p. 317-338 - 2011

provenientes de Capitãncias Privadas tornaram-se uma estratégia da Coroa lusitana para estimular a ocupação do território e, minimizar os gastos que a Coroa tinha com as Capitãncias Reais. Foram esses investimentos (financeiros, de apoio ao processo de ocupação, por meio de sesmarias com divisão e delimitação de terra) que asseguraram vantagens e legitimaram o domínio da monarquia no território.

Na concepção pragmática do Império Português, a função de novos núcleos coloniais, tais como, vilas, missões, aldeamentos, cidades, sempre articulados a lugares militares como fortes, fortalezas e feitorias, funcionavam não somente como lugares de defesa contra os possíveis ataques piratas ou indígenas, mas como marco estratégico cuja função era povoar e colonizar as novas terras.²²

Para Helidacy Corrêa, existem três fatores que exprimem o interesse de Portugal com a conquista de terras do Maranhão e Grão-Pará, sendo eles: a promessa de recompensas aos conquistadores, o envio de ajuda (como fator fundamental na defesa e expansão da conquista) e as medidas para povoação portuguesa da terra.³

O interesse do poder monárquico na conquista do Maranhão esteve diretamente ligado às questões políticas e econômicas. Para alcançar tais finalidades, a Coroa usou estratégias para estimular os indivíduos a aderir ao projeto de conquista da terra. Assim, o monarca concedia títulos aos conquistadores para que prestassem serviços ao rei, traduzidos na conquista do espaço. Nesse processo, a figura do conquistador passou a ser fundamental para a dominação lusitana da região. Ele se tornou o principal agente da política de conquista e ocupação da Coroa Portuguesa⁴.

Nesse sentido, a Vila de Icatu assumiu importância para a efetivação do domínio português, como lugar estratégico e núcleo de povoação que impulsionaria a interiorização. A batalha de Guaxenduba, na praia de Santa Maria, demonstra bem a importância estratégica do lugar.

A comunicação política entre a Coroa e Icatu, pode ser compreendida como um mecanismo de estabelecimento das relações entre conquistadores e o Reino. Tal

²²OLIVEIRA, Luciana de Fátima. *Estado do Maranhão e Grão-Pará: primeiros anos de ocupação, expansão e consolidação do território*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

³CORRÊA, Helidacy. *Para aumento da conquista e bom governo dos moradores: o papel da Câmara de São Luís na conquista, defesa e organização do território do Maranhão (1615-1668)*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. 2011.

⁴CORRÊA, Ibid.

mecanismo era fundamental devido não só à questão geográfica, mas pela navegabilidade e instituição da comunicação⁵, possibilitando um ambiente favorável à consolidação da dominação Imperial portuguesa.

A comunicação tornou-se um elemento importante na defesa do território, principalmente ao se pensar a importância da informação como elemento estratégico para o conhecimento do espaço a ser conquistado/ocupado. Manter a Coroa informada sobre as condições do território dava a Portugal, entre os séculos XVI e XVII a possibilidade de ampliar os seus domínios.

Portugal e Espanha estabeleceram uma profícua relação política e econômica entre ocupar e expulsar os concorrentes. O processo de conquista relacionava-se aos desejos de reafirmação de superioridade, seja em questão territorial (Portugal) quanto por questões ligadas à apropriação de riquezas locais (Espanha).

Ao estabelecermos uma ligação com a política imperial do século XVII e a conquista da Santa Maria da Guaxenduba, na vila velha de Icatu, observamos a ampla interferência da Coroa na tentativa de desenvolver uma economia para alavancar o processo de ocupação.

1.1 De Vila Velha à Vila Nova: a Batalha de Guaxenduba e o processo de territorialização de Icatu

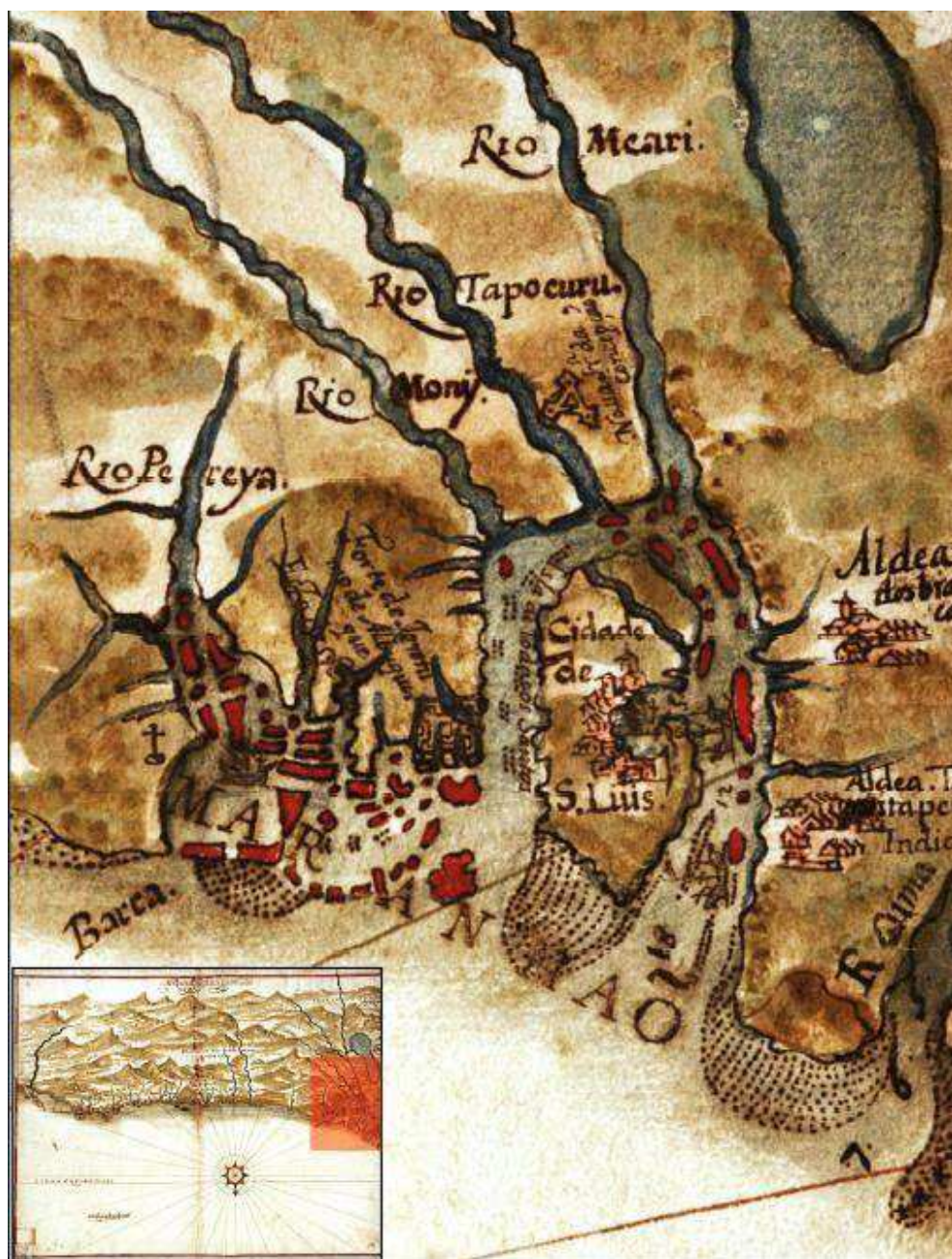
A batalha de Guaxenduba foi um confronto militar ocorrido em 19 de novembro de 1614, na praia de Santa Maria da Guaxenduba, Icatu – MA, em resposta à presença francesa, sendo, portanto, uma ação fundamental para a expulsão dos gauleses a fim de estabelecer o domínio completo dos portugueses no território.

A localização do Sítio onde ocorreu a batalha está situado entre os rios Munim e Tatuaba⁶, conforme é representado no mapa a seguir, onde a localização correspondente a Terra de Santa Maria da Guaxenduba tem como título “Forte de Jerônimo de Albuquerque”, sendo banhado pela Baía de São José de Ribamar.

⁵GADELHA, Regina Maria A. Fonseca. *Conquista e ocupação da Amazônia: a fronteira Norte do Brasil*. Estud. av. vol.16 no.45 São Paulo May/Aug. 2002.

⁶ALMEIDA, José. *Icatu: terra de Guaxenduba*. Imperatriz, MA: Ética, 2016.

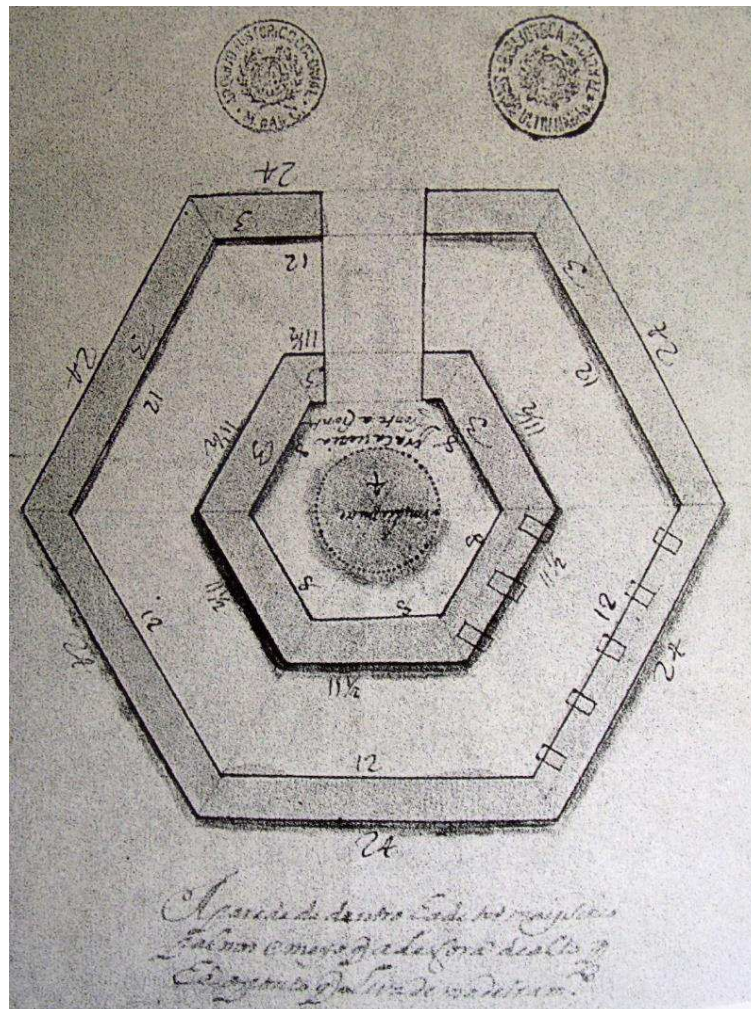
Figura 01: Fragmento do mapa “pequeno Atlas do Maranhão e Grão-Pará”.



Fonte: CORRÊA, Helidacy Maria Muniz. 2011.

A respeito do Forte de Guaxenduba, o Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, disponibiliza a planta da construção, que já não existe fisicamente. A Figura 01 mostra a projeção da fortaleza em questão. O modelo do Forte de Santa Maria da Guaxenduba seguia o desenho de um hexágono, conforme pode ser observado.

Figura 02: Planta do Forte de Santa Maria da Guaxenduba.



Fonte: Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão.

Quanto ao combate estabelecido entre os portugueses e franceses é preciso avaliar a questão do conhecido “milagre de Guaxenduba” o qual se atribui à Virgem Nossa Senhora, a responsabilidade pela vitória dos portugueses, tida como improvável, uma vez que os franceses lutavam com cerca de 200 soldados e 3.000 índios, enquanto os portugueses entraram em batalha com, aproximadamente, 170 soldados e 180 índios tapuias⁷.

A ideia de que a vitória só poderia acontecer mediante um milagre, visto a capacidade armada da França, leva-nos a perceber duas questões. A primeira é que os portugueses seriam então os escolhidos por Deus e Nossa Senhora para governarem as terras do Brasil, de modo que somente a eles foi dada a capacidade de conseguir vencer os estrangeiros, e a segunda é a contradição do discurso, visto as questões ambientais e

⁷ ⁸ALMEIDA, op.cit., 2016.

os fenômenos da natureza, típicos da região do Munim, entre maré cheia e vazante, além do conhecimento da flora local.

A historiografia da conquista do Maranhão, em finais do século XIX, segundo Maria de Lourdes Lacroix, construiu um mito em torno da Fundação de São Luís, que delineava os interesses de uma elite que buscava formar uma identidade local com base numa possível distinção capitaneada pela presença francesa no Maranhão. Mas, na realidade, o que se tinha era a criação de uma narrativa que se apegaria aos ideais de uma suposta superioridade devido à fundação francesa no Maranhão.⁸

A conquista entoava como sinal divino e solidificava a necessária participação da fé católica no processo de expansão do Império Português, tão importante para a solidificação do catolicismo. Em contrapartida esse mesmo mito caracterizava a vantagem e, mais necessariamente, a superioridade dos franceses em relação aos seus rivais.

Após a vitória portuguesa na Batalha, os portugueses formaram o primeiro núcleo populacional na região de Icatu, com o objetivo principal de proteger/combater contra os inimigos. Em 1684, a margem direita do Rio Munim foi edificado o arraial de Santa Maria da Guaxenduba com o intuito de manter a conquista e proteção, principalmente, da ilha de São Luís até a entrada para o interior do Maranhão. Quatro anos mais tarde, em 1688, o arraial foi elevado à categoria de vila com a denominação de Vila de Santa Maria do Icatu⁹, formando, junto com a Vila de Alcântara, um importante ponto de defesa e ocupação das baías de São José de Ribamar e baía de São Marcos.

Nos anos que se seguiram, colonos da região desejaram mudar-se para um lugar mais adequado e propício ao desenvolvimento social e econômico para a região de Icatu¹⁰, o que acarretou um processo de esvaziamento da vila de Santa Maria do Icatu com o deslocamento da população para outra localidade.

⁸LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. *A fundação Francesa de São Luís e seus Mitos*. São Luís: Lithograf, 2002. p. 120.

⁹ALMEIDA, op.cit., 2016.

Sobre a origem do nome geográfico em relação é comum que se encontre em textos sobre as denominações da vila, o termo “Águas-boas”, que por sua vez é o significado da palavra Icatu. “Distrito criado com a denominação de Águas Boas, anteriormente a 1715. Elevado à categoria de vila com a denominação de Águas Boas, em janeiro de 1688. Com sedena antiga vila de Água Boas. Instalado em 1688.” Nossa História. Prefeitura de Icatu. Disponível em: <https://www.icatu.ma.gov.br/cidades/cidades/>. Acesso em: 30 de setembro de 2019. Sobre isto: “Icatu é palavra de origem Tupi: *i* ou *y* = água ou rio + *catu* = boa. É variação toponímica de Uaucatan, Eucatu e Hycatuu, respectivamente. (...) Uaucatan, na versão de Betendorff, significa Águas Boas”.

¹⁰AHU_CU_009, Cx. 38, D. 3710.

Alguns anos depois a população mudou de território, pela segunda (e definitiva quando a respeito de ocupação) vez, tendo sido a primeira vez logo após a Batalha, que por sua vez, demorou bastante tempo até que de fato acontecesse, entre os anos de 1758 e 1759. Sobre a ausência, ou pelo ao menos a pouca preocupação em relação aos resultados após a batalha de Guaxenduba, assim como o futuro dos investimentos em uma região importante para a Coroa Portuguesa, pode-se observar a prolongação da carência de interesses no século seguinte (XVIII), em consonância ao estabelecimento de um núcleo de povoação nas investidas sobre a vila velha de Icatu e sobre a Vila nova. Sobre o deslocamento da Vila de Icatu, é importante situar cronologicamente as mudanças ocorridas: após a Batalha de Guaxenduba, um núcleo de povoação foi estabelecido nas proximidades do forte com denominação de Arraial de Santa Maria da Guaxenduba; em 1688 foi fundada a Vila de Santa Maria do Icatu (vila velha) e em 1759 por meio de um pedido de transferência em uma representação dos Oficiais da Câmara daquela mesma vila, a Vila de Icatu foi fundada a 20 km de sua antiga localização¹¹, tendo como território um espaço que compreendia as atuais cidades de Humberto de Campos, Primeira Cruz, Santo Amaro, Morros, Cachoeira Grande, Axixá e Presidente Juscelino¹² além de ter ficado aproximadamente uns 36 km da praia e antigo forte.

A região então povoada não favorecia o comércio local e tão pouco era preparada para que continuasse a existir por muito tempo. Nesse sentido três elementos são fundamentais na construção do processo de ocupação territorial no século XVIII na região de Icatu, sendo eles as alterações do tempo, a resistência dos nativos locais e os efeitos da falta de estratégia na construção civil, um exemplo disso é a já perdida pela ação do tempo, Vila de Santa Maria do Icatu, que se localizava próximo ao Forte de Santa Maria da Guaxenduba, construído para a batalha. Nesse caso, as casas construídas nas proximidades estavam sobre areia, com construções precárias e pouco resistentes

(...) eram umas casas de madeira cobertas de palha, que tinham pouca duração, e se não faziam outras mais capazes era por verem que ali não se podiam conservar, como também pela falta de comercio por ficar fora de passagem e o porto de mar distante, e por esta razão padeciam muita falta de mantimentos (...)¹³.

¹¹ASSUNÇÃO, Matthias Rodrigues. *Transferência de vilas no Maranhão Oriental*. Cad. Pesq. São Luís, (2): 145-159, jul. dez. 1989.

¹²CARDOSO, Manoel Frazão. *O Maranhão por dentro*. São Luís: LITHOGRAF, 2001.

¹³MARQUES, Cesar Augusto. *Dicionário Histórico-geográfico da Província do Maranhão*. São Luís, 1870.

Outra importante motivação da população local para esses deslocamentos, eram as constantes queixas sobre a melhoria da economia local, que reclamavam ser irrisória. Por isso, as solicitações pedindo maior investimento para a vila de Icatu é um dos aspectos mais encontrados na documentação da época. A necessidade inicial não foi de movimentar um espaço economicamente, mas sim, de ocupá-lo em defesa, assim, as queixas pela falta de porto de mar na vila velha de Icatu, junto às queixas pela falta de investimento ou de sucesso nas atividades econômicas (além da pesca), assim como da ausência de um porto de mar e a pobreza, por exemplo, é na verdade, o resultado de algo maior, ou seja, era comum que em terras onde o interesse a priori não havia sido de movimentar a agricultura, que queixas dessa forma surgissem, já que o convívio e o uso da terra dependiam de assistência¹⁴.

É importante ressaltar que a Vila de Icatu era uma capitania real e que as formações de povoamento nas capitanias reais exigiam um esforço contínuo da Coroa Portuguesa, que por sua vez, se preocupava em todos os aspectos com essas determinadas regiões, portanto, para a Vila, como parte subordinada da capitania real do Maranhão, não foi diferente; porém as constituições de povoados portugueses naquele contexto justificam a transferência da Vila de Icatu, entre 1750 a 1760, quando os oficiais da mesma pediram ao rei D. José uma possível mudança de localização, inclusive, com mais intensidade entre 1755 a 1758¹⁵.

O estabelecimento definitivo da Vila de Icatu só foi resolvido após diversas tentativas, até a população encontrar um lugar onde pudesse ser construído um porto. Pode-se entender a demora na constituição da mesma, como um resultado de uma política pouco eficiente na capitania régia, cuja proteção ao longo do tempo, praticamente inexistia, assim como planejamento para a povoação.

Para dar sustentação à Vila de Icatu foi construída uma capela denominada Nossa Senhora da Luz, erguida sobre pedras, com paredes de pedra e cal, elevada à margem esquerda do rio Munim, servindo para o aldeamento dos indígenas locais e apaziguamento entre estes e os conquistadores. Além desses aspectos, a capela servia de possível lugar de observação dos navegantes que passavam pelo rio. Temos, portanto, uma Capela com uma função de servir, também, enquanto proteção militar.

¹⁴AHU_CU_009, Cx. 31, D. 3217

¹⁵AHU_CU_009, Cx. 38, D. 3710

As fotos 1 e 2 mostram a localização da Capela em relação ao local usado para ser erguida e a vista que se tem da lateral direita da mesma.

Foto 01: Capela de Nossa Senhora da Luz.



Fonte: Katyre Rosa de J. Lima. Arquivos pessoais (2019).

Na foto 01, é possível ver claramente a construção sobre grandes pedras que se estendem até o rio Munim. A mesma possui duas portas originais, sendo a principal na frente da Capela de nível baixo, e uma em sua lateral esquerda que dá acesso aos poços construídos.

Sobre as proximidades da Capela, os poços variam de estrutura, sendo um mais próximo, de profundidade rasa e que recebe água direto do rio, e um mata adentro, que fica escondido e possui construção de alvenaria, este último, segundo os moradores locais, provavelmente servia para o banho, justamente por estar em um local mais isolado e cercado por bambuzais.

Foto 02: Vista da janela principal da Capela.



Fonte: Katyre Rosa de J. Lima. Arquivos pessoais (2019).

Para uma melhor compreensão do espaço, em questão de distância, acessibilidade e/ou navegabilidade, o mapa da Figura 2 mostra o percurso percorrido por rio, evidenciando ainda mais que a capela esteve durante o processo de ocupação do Maranhão, em posição estratégica, quando se refere à proteção da capitania, entre o rio Munim, até a vila de Icatu na margem direita do mesmo rio.

A proteção e ocupação foram essenciais, devido ao domínio fluvial que possibilitava a interiorização do território, dando à Vila de Icatu um papel estratégico não apenas como lugar de defesa, mas também de acesso ao sertão. Portanto, observa-se que a Vila de Icatu foi importante ponto de ligação no processo de conquista e defesa da terra, assegurando a dominação portuguesa do lugar¹⁶.

¹⁶A respeito da fundação da Capela da Luz, pouco se tem informação. Segundo os moradores do povoado de Belém, onde se localiza a construção, boa parte dos documentos e objetos que pertenciam a Ordem, foram enviados para fora do país, ou levados por padres locais, o que, não se tem certeza sobre tal informação, mas não se pode negar sobre a importância da mesma.

Figura 03: Captura feita de imagem via satélite.



Fonte: Google Mapas (2019).

Observando o mapa da figura 03, pode-se perceber com mais clareza a localização da capela, assim como o percurso até a Vila de Icatu, sendo também um importante ponto de ligação no processo de conquista e defesa da terra, assegurando a garantia da dominação portuguesa do lugar.

1.2 A territorialidade e a Vila de Icatu

Quando se estabelece um interesse pelo espaço a ser ocupado e, conseqüentemente, uma relação de poder sobre ele, surge o que se pode chamar de processo de territorialização, cuja dominação é o produto. Assim, a capitania de Icatu, estendia-se onde hoje abrange a atual região do Munim e Lençóis, mas que, como passar dos anos foi desmembrada para tornar mais eficaz a política administrativa e a função do território. Dessa forma o termo territorialidade diz respeito ao espaço

dominado com trabalho executado coletivamente, ou seja, não por aspectos naturais, mas por exercício de poder e trabalho na terra.¹⁷

A questão de conflito, uso do espaço e território são elementos fundamentais para se entender o processo de conquista e ocupação do Maranhão, atrelados as necessidades de posse e relações contratuais para aumento do poder administrativo e domínio sobre as riquezas locais.

Na concepção portuguesa, o lugar escolhido para o forte de Santa Maria da Guaxenduba era local estratégico para defesa do território, mas não era terra boa para cultivo e tão pouco para solidificar construções. Além, é claro, da existência de constantes ameaças do gentio do corso e da falta de mão de obra, o que só vai ser admitido nas cartas que circulam a partir principalmente de 1680 até a efetiva transferência de terreno da Vila em 1759.

Em carta de 13 de agosto de 1733 encaminhada ao rei D. João V, o Provisor e Vigário-Geral do Maranhão, João Morais Homem, informa que tomaria as medidas possíveis para que na vila de Icatu se restituísse à Igreja e os demais elementos que lhe faltavam.¹⁸ A Igreja da Vila passou por reformas várias vezes, em função das guerras com os gentios do corso.¹⁹

Os moradores não se preocupavam em construir casas mais sólidas justamente por não existir comércio, ou pelo ao menos não se ter conhecimento da existência desse com a capital naquela região e por não ser possível um melhor aproveitamento da terra, assim sendo, crê-se que as moradias seriam temporárias.

A antiga Vila de Icatu, próximo à vila de Santa Maria pouco povoada, registrou queixas do alto índice de mortandade e isolamento no início do século XVIII, além de reclamações a respeito das promessas da Coroa para com aqueles moradores da terra, seja em relação a economia quanto a manutenção da fé²⁰. Chamada atualmente de Vila Velha, situada a 20 km de distância, da atual cidade de Icatu, as vantagens da região quanto ao clima, localização e possível desenvolvimento foram exaltadas pelo Governador Artur de Sá de Meneses quando buscou os incentivos da Coroa portuguesa para a nova povoação²¹.

¹⁷OLIVEIRA, op.cit.

¹⁸AHU_CU_009, Cx. 20, D. 2110.

¹⁹ALMEIDA, op.cit.

²⁰AHU_CU_009, Cx. 38, D. 3770.

²¹ASSUNÇÃO, op.cit.

Apesar dos discursos de exaltação e admiração sobre Vila Velha isto não foi suficiente para obtenção de recursos para desenvolvê-la. As promessas feitas entre 1668 a 1750 pelo governo português de enviar ajudas e permitir o resgate de índios e, posteriormente, o envio de escravos negros para o trabalho nas construções, não foram cumpridas como se esperava. Ou seja, a mão de obra continuava escassa, a agricultura e a pesca eram à base de sustentação daqueles moradores, alguns degredados e exilados, mas não apenas essas categorias²².

A Igreja principal e a Câmara precisaram ser reformadas várias vezes, devido as constantes resistências indígenas. Também, a resistência tornou-se cada vez mais comum após os dez primeiros anos de fundação da Vila, além disso, o quadro social indicava a pobreza geral²³. Em 1739, o cargo de capitão da nobreza foi considerado inadequado para a Vila de Icatu (Vila Velha) porque na mesma – segundo a documentação - não havia pessoas da nobreza²⁴.

Nesse sentido pode-se afirmar que a razão para a criação da Vila de Icatu parte de um desejo maior de proteção do litoral e do acesso ao rio Munim, além da expansão da dominação portuguesa em todo o extremo norte. Não por acaso, os princípios de Icatu, como aborda Matthias Rodrigues Assunção, está

(...) diretamente ligado à batalha de Guaxenduba (1614) que marca a expulsão dos franceses pelos portugueses, do Maranhão. Aliás, o nome primitivo da vila, era Arraial de Santa Maria de Guaxenduba, dado por Jerônimo de Albuquerque, o comandante português²⁵.

A preocupação em se estabelecer uma vila às margens do rio Munim revela um laço estreito da política portuguesa com seus representantes locais em cada capitania, ao se pensar que, um exemplo disso, foram às constantes solicitações de investimentos para o bem do povo e da própria Coroa feitas pelos Camarários. Embora essa seja uma prática comum no século XVII e XVIII, na Vila de Icatu, com base na documentação levantada do Arquivo Histórico Ultramarino entre os anos de 1686 a 1781, o desejo de conseguir terras, dinheiro e bens materiais pareciam ser bem mais importantes que o bem-estar de boa parte da população que dependia diretamente da agricultura de subsistência e da pesca e via-se cada vez mais prejudicada com o precipitado espaço

²²CHAMBOULEYRON, Rafael. *Povoamento, Ocupação e Agricultura na Amazônia Colonial (1640-1706)* /Rafael Chambouleyron. – Belém: ed. Açáí / Programa de Pós – graduação em História Social da Amazônia (UFPA) /Centro de Memória da Amazônia (UFPA), 2010

²³ALMEIDA, op.cit.

²⁴AHU_CU_009, Cx. 25, D. 2593.

²⁵ASSUNÇÃO, op.cit.

para o estabelecimento de uma sociedade que de alguma forma agregasse valor econômico para as terras do Maranhão.

O desejo de que houvesse uma relação comercial para aumentar os lucros do governo português deu voz aos pedidos de moradores e oficiais da Vila de Icatu que já não suportavam a situação de pobreza, discriminando em 1759 o espaço a ser ocupado para que uma nova Vila fosse constituída²⁶.

²⁶AHU_CU_009, Cx. 39, D. 3791.

CAPÍTULO 2: A ESPACIALIDADE DO MARANHÃO E GRÃO-PARÁ E A VILA DE ICATU

As embarcações, após serpentearem enfileiradas num labirinto de ilhotas, ora roçando nos manguezais, ora deslizando no lamaçal dos estreitos igarapés, finalmente adentraram na baía de São José de Ribamar²⁷.

A indefinição do território traçado entre as Coroas de Castela e Lisboa, auxiliaram na progressão das tensões entre a dualidade estabelecida. Apesar do processo de ocupação no Estado do Brasil ter sido significativamente importante para Portugal (em função da proteção e da busca por hegemonia e poder), o papel desempenhado pela Espanha girava em torno de encarregar-se de traçar estratégias para obtenção das riquezas do Peru. Assim era necessária a delimitação do espaço a fim de que ambos pudessem obter controle nas relações administrativas e econômicas²⁸.

Nesse sentido, no ano de 1640, a política de administração de Portugal demonstrou a intenção de soberania para além da posse, ou seja, o poder sobre as constituições passou a estar juridicamente ligado em relação à manutenção do território. Tal questão suscitou a flexibilidade do poder local como uma necessidade para que o processo de expansão se consolidasse, assim como o de manutenção do território. Esse modelo político adotado na administração de Portugal evidenciou uma relação próxima e burocrática com os espaços conquistados²⁹.

A analisar a antiga concepção que defendia a ideia de que a colônia se constituía em aspectos burocráticos sempre voltados para o lucro, cujos “(...) elementos articulados numa organização puramente produtora, industrial (...)”³⁰, no processo de conquista e ocupação, pode-se destacar que o problema desta interpretação está na sua generalização, pois é preciso compreender as particularidades da dominação e colonização de cada região.

A maneira como o processo de ocupação do Maranhão foi constituído ao longo do tempo, articulou-se em um projeto de expansão intenso, ligado diretamente a dominação do território. Mas para que isso de fato acontecesse era necessário a constituição de um núcleo de povoação que fortalecesse a administração portuguesa.

²⁷ALMEIDA, José. *Icatu: terra de Guaxenduba*. Imperatriz, MA: Ética. p. 21. 2016.

²⁸CARDOSO, Alípio. *A conquista do Maranhão*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 31, nº 61, p. 317-338 – 2011.

²⁹CARDOSO, op.citp., 317-338.

³⁰PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Editora Brasiliense, 23ª edição, 1994.

Em relação à ocupação do espaço de Icatu, é possível notar uma política de envio de casais como incentivo tanto para movimentar a economia local como para estabelecer domínios e dinamizar as relações de troca de favores e interesses, mas, a ocupação da Vila de Icatu, no entanto, para fins diversos incluem a necessidade de conseguir viver com os nativos locais, desafio comum entre a ameaça do desenvolvimento lusitano³¹.

Em relação à migração para a capitania do Maranhão, Rafael Chambouleyron aponta três tipos que vieram para estas partes:

Em primeiro lugar, o caso de indivíduos que solicitavam voluntariamente a sua mudança para as capitanias do Maranhão e do Pará. Em segundo lugar, o fluxo de “viajantes involuntários”, para usar a expressão de Janaína Amado, composto por soldados e degredados, categorias que, em geral, se confundiam. E, finalmente, um movimento mais amplo que poderíamos caracterizar como “migração em massa”, que consistiu na organização e envio de várias levas, principalmente de açorianos, para a região³².

Na espacialidade do Maranhão e Grão-Pará e a vila de Icatu, junto à vila de Vigia (Grão-Pará), desempenharam papel fundamental no que tange as investidas pela interiorização do espaço correspondente a Amazônia Oriental. O aumento do domínio territorial equivale ao aumento e desenvolvimento da política colonial lusitana. As atividades de exploração ao longo do interior do Maranhão, e, conseqüentemente, o trabalho indígena (nos aldeamentos), devem ser levadas em conta no processo de urbanização do Estado do Maranhão e Pará³³.

Esses investimentos dialogavam com a questão da proteção e ocupação

Na concepção pragmática do império português, a função de novos núcleos coloniais, de vilas, missões, aldeamentos, cidades, sempre articulados a lugares militares como fortes, fortalezas e feitorias, funcionavam não somente como defesa contra os ataques piratas, ou indígenas, mas como marco estratégico ao mesmo tempo que povoava e colonizava as novas terras³⁴.

³¹CHAMBOULEYRON, Rafael. *Povoamento, Ocupação e Agricultura na Amazônia Colonial (1640-1706)* /Rafael Chambouleyron. – Belém: ed. Açai / Programa de Pós – graduação em História Social da Amazônia (UFPA) /Centro de Memória da Amazônia (UFPA), 2010.

³²Idem. p. 34-35

³³Idem. Sobre a questão de que a fundação de vilas foi de suma importância no processo de urbanização o que nos leva a perceber, que durante o período pombalino as atividades voltadas ao deslocamento para regiões sertanistas, é na verdade uma estratégia de povoação efetiva para que enfim se ocupasse por completo as regiões mais vantajosas (social, econômica e politicamente) do território brasileiro.

³⁴OLIVEIRA, Luciana de Fátima. *Estado do Maranhão e Grão-Pará: primeiros anos de ocupação, expansão e consolidação do território*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.p. 11.

No meio desse modelo de política colonizadora portuguesa onde a formação de uma sociedade baseava-se em relações clientelares, a então vila nova de Icatu, definida na década de 1750, reergueu-se após as complicações sobre os lugares a serem ocupados com o intuito de contribuir para proteção, expansão e manutenção do território.

Dentro dessa dinâmica de colonização, o importante estava na manutenção das relações entre o poder central, regional e local. A divisão do trabalho entre o Governo Central e Local mantinha a ordem, assim como os benefícios dados para aqueles que ocupavam a terra em prol do enriquecimento da colônia. Voltado para a questão do enriquecimento e o bem-estar dos moradores da vila do Icatu, em 1759, os oficiais da Vila de Santa Maria do Icatu solicitavam que se existisse por lei, novos limites sobre aquelas terras, para que assim fosse feita uma melhor organização do espaço sem que fosse preciso mais reivindicações³⁵.

A delimitação do território na vila de Icatu foi necessária para o aumento da ocupação do espaço. Tal mecanismo foi utilizado por meio das doações de sesmarias que constituíram os investimentos portugueses na dominação da região. É importante entender o sistema de distribuição de terras surgido em Portugal durante o século XIV, como resultado da implantação da lei das sesmarias em 1375. Essa lei foi criada para combater a crise agrícola e econômica que assolava o país e a Europa.

Assim a sesmaria era um instituto jurídico português, a normatização da distribuição de terras destinadas à produção agrícola que tinha como principal função do sistema estimular produção. Ou seja, quando o titular da propriedade não iniciava produção dentro dos prazos estabelecidos o direito de posse poderia ter fim.

As cartas de sesmarias concedidas na América portuguesa serviam como uma legitimação da propriedade, com compromissos e normas a serem seguidas em função de um amplo funcionamento, divisão e construção do território. Com o aumento dessa prática durante o Setecentos pode-se visualizar uma parcela da sociedade que passou a ter alguma influência e maiores bens relacionado à propriedade particular. A esse respeito, Maria Sarita Mota comenta que

[...] o prestígio social, advindo da propriedade de terras tituladas e escravos africanos ou indígenas, permitia-lhes ampliar exponencialmente seus poderes numa sociedade fortemente estratificada e regida pelo direito. As sesmarias funcionavam,

³⁵AHU_CU_009, Cx. 39, D. 3831.

portanto, como mecanismo de diferenciação social e manutenção do poder dos grandes proprietários rurais. Assim, desde meados de setecentos, os princípios legais consagrados nesses documentos tornavam-se cada vez mais garantidores de um direito de propriedade individual³⁶.

A busca pela autonomia em relação ao acesso, uso e controle da terra durante o século XVII levou a dinamizar a política da Coroa no século seguinte em função do exercício do poder local, no território colonial. Podemos observar então, a ideia de propriedade construindo uma noção do espaço público, possível a partir da concepção de propriedade sobre o território, dentro da relação entre o papel de sesmeiros e posseiros sobre a constituição e aquisição do domínio privado. Tendo, portanto, a relação entre o que distribui e o que recebe a terra, ligado ao trato senhorial, contratual e de ampliação de terra, convém discutir sobre os títulos de sesmarias como o direito natural sobre a propriedade³⁷.

Segundo Nelson Nozoe, ao comentar sobre a disputa judicial em relação à sesmeiros na região sul, as sesmarias referiam-se ao desejo da Coroa em povoar e explorar a terra ligada a regiões delimitadas onde a produção era necessária para que se montasse uma estrutura social-econômica e com uma administração ativa, atribuindo assim a legalidade da terra³⁸.

Nesse sentido, a territorialidade estabelece uma ligação com o poder Central, em relação ao uso do espaço, comunicação e ligação contratual, controle, econômico, e político,³⁹ constituindo uma rede que facilitava e/ou proporcionava uma boa execução para o desenvolvimento da colônia.

A preocupação com a economia no século XVIII nas regiões norte do Maranhão, está ligada diretamente à agricultura, o que por sua vez constitui na distribuição de terras como uma forma de organizá-las entre aproveitamento e ocupação. Como já ressaltamos, para a Coroa, a política de sesmarias estava ligada diretamente ao avanço econômico e a manutenção da conquista que mantinha a administração lusa, a fixação de um poder expressivo a partir das particularidades de cada domínio.

³⁶MOTA, Maria Sarita. *Sesmarias e propriedade titulada da terra: o individualismo agrário na América Portuguesa* SÆCULUM - Revista de História [26]; João Pessoa, jan./jun. 2012, p. 35.

³⁷Idem. 2012

³⁸NOZOE, Nelson. *Sesmarias e Apossamento de Terras no Brasil Colônia*. Revista Economia, set/dez 2006.

³⁹CHAMBOULEYRON. Opcit., 2010.

2.1 A Vila de Icatu e os desafios da economia local

A economia é um elemento fundamental para que um núcleo de povoação possa se estabelecer com eficácia em relação ao seu funcionamento. A Vila de Icatu, no entanto, teve dificuldades em seu desenvolvimento, como já mencionado anteriormente, o que por sua vez movimentou na população que se formava naquelas terras entre os séculos XVII e XVIII o interesse de encontrar um local mais favorável para o crescimento econômico, ou até mesmo o surgimento de uma economia local que de fato acontecesse em níveis maiores. A mudança para um lugar mais acessível por mar demonstrou com o tempo os equívocos carregados de interesses particulares dos colonos.

Sobre as edificações e os números de transferências de vilas na colonização do Brasil, observa-se que

O colonizador teve de aprender muito, e os erros na estratégia se revelam no número elevado de transferência de vilas: só no Nordeste do Maranhão, entre o Itapecuru e o Parnaíba, onde está situada uma das áreas mais antigas do Maranhão colonial, foram transferidas do seu local primitivo Icatu, Tutóia, São Bernardo, Manga e Codó⁴⁰.

Quanto à constante busca ao crescimento de uma economia local, é necessário comentar sobre o papel que a Vila de Icatu teve na economia do açúcar no Maranhão. Na dinâmica política e econômica estabelecida é possível, segundo José Almeida identificar as tentativas, embora malsucedidas de levar a diante engenhos na região.

Apesar de o clima ser favorável para o desenvolvimento da agricultura na vila, esta não era a principal fonte de renda para a população, não sendo tão utilizada em decorrência da grande exploração de madeiras. Sendo assim se faz importante ressaltar que sua presença comercial não foi tão intensa, o favorecimento a agricultura não era regra e o comércio circulava em torno da madeira, areia, pesca e cultivos simples⁴¹.

Se nos atentarmos a economia brasileira durante o período colonial veremos que na verdade as possibilidades de avanço em potencial da vila Nova de Icatu ficaram perdidas em algum lugar que não se encontrava entre as novas descobertas e os novos investimentos portugueses, pois a vila precisou enfrentar constantes crises sociais que

⁴⁰ ASSUNÇÃO, Matthias Rodrigues. *Transferência de vilas no Maranhão Oriental*. Cad. Pesq. São Luís, (2): 145-159, jul. dez. 1989.

⁴¹ ALMEIDA. Op cit., 2016.

abalavam diretamente a economia e política local sendo a falta da mão de obra ou de aldeamentos eficazes, uns dos elementos principais, já que era comum a reclamação sobre os assaltos indígenas.

Outra questão é o índice alto de pobreza entre os habitantes da referida vila. Além disso, em relação à região norte e o Nordeste o compartilhamento do espaço com as constantes descobertas Brasil adentro, alteraram as fronteiras da expansão colonial. Para que o cultivo da cana no litoral brasileiro permanecesse durante o início do século XVIII era necessário que uma mão de obra importante fosse reduzida, o uso do gado, que nas regiões nordestinas facilitou o trabalho mais intenso sobre o uso da força, apesar de ao longo do tempo ter prejudicado as plantações de cana quebrando-as.⁴²

Dessa forma o cuidado com o uso do gado nas lavouras de cana de açúcar impactou na economia açucareira (que já havia sofrido um impacto considerável após a expulsão dos holandeses), se considerarmos que o que movimentava os engenhos em sua grande maioria era justamente o gado, seja na plantação ou no transporte e a utilização do couro e da carne, sendo, portanto, um recurso que podia ser explorado ou usado para variados fins.

Na vila de Icatu o impacto econômico, não estava ligado ao gado; os documentos levantados nos levam a perceber a pouca presença desse elemento na região, que por sua vez era mais comum na região sul do Maranhão e nas bandeiras pelo interior do Brasil durante o século XVIII. Ao contrário disso, na referida Vila ainda se mantinham as indecisões sobre a economia local e sobre as estratégias para manter (politicamente também) o território ocupado.

Em 1761 os oficiais da câmara de Icatu solicitavam ao Rei D. José⁴³ um investimento significativo na economia daquela vila mediante as recentes construções e a necessidade de adaptação de alguns.

Segundo José Almeida a cidade de Icatu teve prosperidade, ainda que limitada, até meados do século XIX, insistindo na economia de materiais como óleo de andiroba (este que por sua vez atualmente ainda faz parte do cotidiano de muitos produtores da região do Munim, principalmente nas regiões que antes pertenciam a Icatu, Axixá por

⁴²SOUSA, Rainer. *Pecuária no período colonial*. <<https://brasilecola.uol.com.br/historiab/pecuaria-no-periodo-colonial.htm>>. Acesso em 16 de outubro de 2019.

⁴³AHU_CU_009, Cx. 40, D. 3947

exemplo) e tiquira, além disso o porto de mar (pós primeira metade do século XVIII) fora útil para movimentar a cidade e facilitar a comunicação.⁴⁴

A vila de Icatu não se desliga de outras tantas vilas, outrora as constantes solicitações de maiores investimentos da Coroa Portuguesa e as manifestações dos Oficiais da Câmara da vila que insistiam em se preocupar cada vez mais com a constituição de uma elite local, ainda que com condições irrisórias de exercer cargos nobres. Porém é necessário ressaltar que o título de nobreza é mais algo pessoal do que real propriamente dito.

A persistência em permanecer como domínio daquelas terras não era apenas pela real situação de defesa e proteção do território, mas sim pela possibilidade de se instruir uma nova cidade que tivesse um povo mais “rico”, explorando a terra quase em sua totalidade na intenção do acúmulo de riquezas, que permaneceu por bastante tempo durante a ocupação, até mesmo após a transferência da vila em 1759.

O processo de acumulação de riquezas através da exploração da natureza, não aconteceu nem terminou da noite para o dia, e em função disso desencadeou problemas de cunho socioambientais ao longo do tempo, a partir de uma interpretação da concepção econômica aplicada à análise ambiental.

No Município de Icatu existem diversos problemas ambientais, eles são influenciados principalmente pelo uso e ocupação do solo de maneira não planejada advindos do crescimento antropogênico da área. Na localidade abordada, as áreas costeiras merecem um maior destaque por serem estratégicas do ponto de vista econômico e territorial, portanto se torna fontes de recursos naturais a serem apropriada no processo de produção econômica [...].⁴⁵

Dessa forma, o resultado da precipitada construção da vila velha de Icatu refletiu na pobreza e insatisfação das famílias que residiam nela, quase que de imediato. Já a Vila Nova de Icatu, teve um estudo do lugar onde seria erguida, mas as questões do uso da terra para determinados fins não correspondia ao mercado, possibilitando com mais facilidade a prática da pesca, enquanto atividade principal para a economia local. Assim, não bastava apenas o incentivo econômico vindo do governo central, mas

⁴⁴AHU_CU_009, Cx. 31, D. 3217.

⁴⁵MOREIRA, T. S.; ABREU, THIAGO MENA BARRETO DE ; SANTOS, Jeremias Silva . *Diagnóstico Ambiental do Município de Icatu-Ma: Análise de Risco e Planejamento Sustentável*. In: VII Simpósio Nacional de Geomorfologia e II Encontro Latino-Americano de Geomorfologia, 2008, Belo Horizonte. VII Simpósio Nacional de Geomorfologia. São Paulo: TecArt. v. VII. p. 02. 2008.

também o conhecimento, a preparação e o cuidado com a terra e os recursos disponíveis.⁴⁶

Sobre a atual localização de Icatu observa-se como um resultado da ocupação do litoral maranhense. Em relação a vila em questão, o processo deu-se em três partes, sendo eles a construção do forte de Santa Marida da Guaxenduba, onde em suas imediações edificou-se o Arraial de Santa Maria da Guaxenduba, a instauração da vila velha e a então vila nova de Icatu. Todas essas fases estavam diretamente ligadas a defesa do Amazonas, o que por sua vez era significativo para o domínio efetivo do poder Português desde os períodos em que se iniciou a necessidade de manter e/ou expandir o território em busca de maior poder político, ou seja, no início do período colonial.

A administração de Icatu enquanto parte da Amazônia Oriental nos leva a perceber o desejo de autonomia da sociedade que se estabelecia naquele território em relação a Coroa, ora, era de interesse a necessidade de permanecer no espaço ocupado, que recebia incentivos diretos do Rei. A partir da mudança territorial da vila em 1759, o que se pode perceber pelo Arquivo Histórico Ultramarino é a grande divisão de lotes de terras, ou seja, uma incidência de sesmarias que se tornou comum no setecentos do Maranhão Colonial.

Vale ressaltar que sobre as questões da mudança de território em relação à Vila de Icatu, a troca de sesmarias facilitou a obtenção do novo espaço escolhido naquela época. Nesse mesmo sentido, a instituição de vilas durante o período do Maranhão colonial funcionou como estratégia e poder na constituição do território.

A vila de Icatu, assim como boa parte dos núcleos de povoação no Maranhão não se absteve das complicações em seu processo, fosse por fatores internos ou externos. Por essa razão é comum a grande incidência de reclames ou de comentários sobre a estrutura física, social e política da Capitania real a qual nos referirmos. Questões levantadas e representadas pelos próprios donatários, Camarários e demais autoridades locais.⁴⁷

Nesse aspecto, a instituição e manutenção de investimentos, agregam à ocupação interesses particulares em relação ao aumento de posse e a questão do incentivo

⁴⁶Sobre a atual localização de Icatu observa-se como um resultado da ocupação do litoral maranhense. Em relação a vila em questão, o processo deu-se em três partes, sendo eles a construção do forte de Santa Maria da Guaxenduba, onde em suas imediações edificou-se o Arraial de Santa Maria da Guaxenduba, a instauração da vila velha e a então Vila nova de Icatu.

⁴⁷AHU_CU_009, Cx. 11, D. 1105.

econômico na então Vila de Icatu. Para Rafael Chambouleyron existiam duas grandes dificuldades para o progresso da referida vila, sendo “Por um lado (...) a região era assolada pelo chamado gentio do curso.”. E, por outro lado, era a falta de homens que pudessem trabalhar e que tivessem como movimentar a economia local.⁴⁸

Quanto ao aumento da mão de obra, a ordem vinda de D. Pedro II seria para que os africanos escravizados fossem vendidos a preços baixos, mas na realidade foram comercializados por quase o dobro do valor⁴⁹, o que evidencia a autonomia da política administrativa dos governadores em função de legislar para além de interesses coletivos. A política de incentivo à ocupação associada à mão de obra necessária para o crescimento da Vila de Icatu fundamentou-se também no envio de casais africanos escravizados que deveriam ser distribuídos para os colonos de modo que pudessem ficar para reproduzirem-se e assim diminuir os custos com o comércio de escravos. O interesse em não perder o investimento conversava com a ideia do limite de poder aos donatários.

Compreender a formação do território da vila nova de Icatu, atualmente sede da cidade, necessita entender a manifestação econômica e política da Coroa Lusa, onde o aumento da conquista financiava também os empreendimentos do catolicismo. Assim como sua disseminação em prol de expansão da fé, com interesses sociais, políticos e econômicos sobre a colonização e a exploração indígena, o que agregou durante muito tempo a importância da presença dos missionários jesuíticos.

As missões católicas tornaram o trabalho mais acessível. Nesse sentido é importante pensar a questão do interesse sobre a terra voltado para uma perspectiva global sobre a colonização da Amazônia, como nos aponta Rafael Chambouleyron em seu livro sobre o *Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial*.⁵⁰

Nesse contexto global de ligação política, cultural e econômica cabe, portanto, a compreensão dos agentes na ocupação, sejam como intermediários ou não, o conquistador e/ou colonizador, o jesuíta, o índio e o negro. As questões voltadas à manutenção e uso do espaço fazem parte de uma rede de participação e atuação na colonização de terras maranhenses.

⁴⁸CHAMBOULEYRON. op. cit., p. 118

⁴⁹CHAMBOULEYRON. op. cit., p. 119.

⁵⁰Idem.

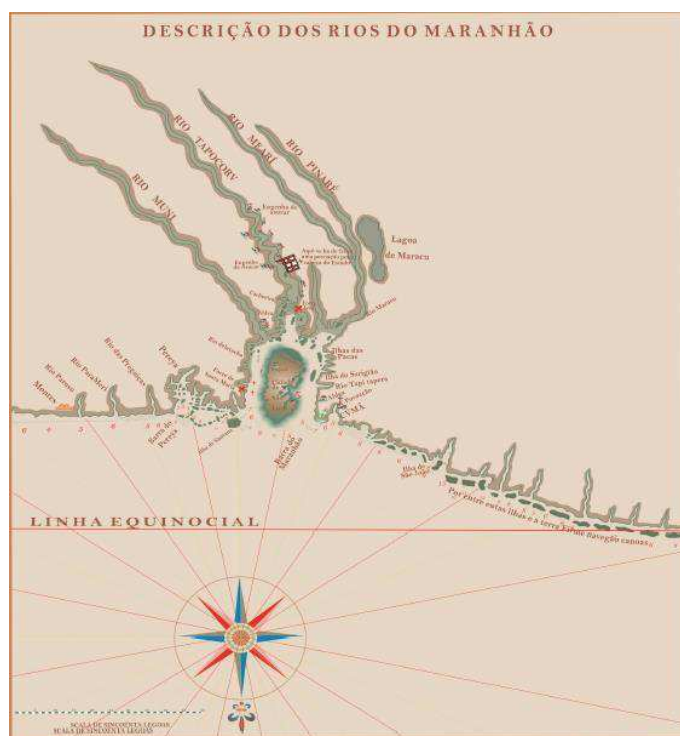
2. 2 A conquista e a proximidade a um porto de mar

Na vila de Icatu, a utilização do rio Munim facilitava as relações comerciais e comunicativas, sendo o conhecimento indígena necessário para a navegação no rio que tem como obstáculo a presença de muitas – e grandes – pedras em todo o seu percurso que, pouco mais acima, desemboca no Oceano Atlântico. Esse acesso foi fundamental para que fosse possível estabelecer e manter uma função econômica, visto que antes do século XX, eram os rios as principais rotas de comércio.

Nesse caso, a Vila de Santa Maria do Icatu (vila velha), não obtinha vantagem alguma sobre as relações comerciais. Localizada a 16 km da praia de Santa Maria da Guaxenduba, o comércio era prejudicado devido a falta de um porto e conseqüentemente, o isolamento da região ocupada e do funcionamento de atividades econômicas que colaborassem para a melhoria de vida da povoação ali constituída.

Assim como as vantagens do rio Munim, outros rios como, Itapecuru, Mearim e Pindaré, serviam como garantia de prosperidade, montando juntos, uma rota importante no avanço interiorano e na manutenção do território.

Figura 04: Mapa da costa do Maranhão com ênfase na localização dos rios Munim, Itapecuru, Mearim e Pindaré.



Fonte:CORRÊA, Helidacy Maria Muniz. 2011

Ainda assim, dentro do processo de colonização, era necessário assegurar a continuação do investimento. No mapa da Figura 04 pode-se observar o caminho dos rios citados e suas respectivas localizações. Para continuar o investimento na Vila de Icatu houve a necessidade de sacerdotes para que o povo obtivesse interesse em permanecer na região. A justificativa era de que um único pároco não conseguia cumprir com todas as suas obrigações, já que eram quase dois dias de viagem entre as freguesias, o que resultava na reclamação pela necessidade dos “pobres moradores” da vila de Icatu⁵¹ e do desejo dos Oficiais da Câmara, de que se construísse um convento ou um hospício. A última solicitação é interessante se formos considerar os números de 1720, referente à quantidade populacional, onde segundo José Almeida⁵² diz que “Para 1720, São Luís tinha 854 habitantes, [...] Icatu 54 [...]”⁵³o que nos possibilita analisar as ideias dos religiosos em comunhão ao restante da elite local, e portanto, a ideia de acúmulo de poder.

Podemos pensar que a construção dos prédios da Igreja e Câmara de Icatu, na verdade fossem uma forma de arrecadar mais fundos para a Coroa e expandir o poder temporal e espiritual, em uma esfera particular, em relação às outras. Assim, a dinâmica de uma sociedade conectada, tendo uma realidade próxima e comum a de tantos outros arraiais e vilas erguidos no Brasil colonial nos mostra que

[...] a sociedade colonial no Brasil não era estática e muito menos dicotômica. A elite e demais atores sociais sofriam altos e baixos no quesito econômico, além disso, os cargos públicos e religiosos provocavam diversos deslocamentos espaciais. Constatou-se que, no Brasil colonial, não se vivia em um local somente, as famílias se mudavam, vendiam seus bens, tanto religiosos, quanto funcionários públicos, ou latifundiários, por uma questão econômica e administrativa, mudavam-se constantemente, existiam muitas vendas de propriedades e diversas ofertas de alugueis de casas.⁵⁴

As mudanças, as fugas e o abandono de suas residências, pelos moradores de Icatu era comum devido ao grande período sem investimento na economia local, resultado de uma política de ocupação intensiva e ampla que valorizou a priori a proteção do interior da Capitania do Maranhão e somente anos mais tarde a efetivação da colonização.

⁵¹AHU_CU_009, Cx. 25, D. 2580.

⁵²ALMEIDA, op. cit. p. 331.

⁵³Idem. apud MEIRELES, 2001, p. 331.

⁵⁴ORAZEM, Roberta Bacellar. *Um breve debate sobre a escravidão e a elite religiosa no Brasil colonial: a escravaria setecentista dos carmelitas calçados na Bahia e em Sergipe*.p. 07, 2014.

CAPÍTULO 3: O DILEMA DOS EMPREENDIMENTOS NA VILA DE ICATU E A CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA LOCAL

[...] Singrando os verdes mares, Surge o bravo pescador, Cultivando o solo fértil, O incansável lavrador.⁵⁵

A necessidade em estabelecer uma economia local deve ser vista em conformidade com a importância de manter o funcionamento do projeto português de modo que as dificuldades sociais e econômicas fossem superadas, em benefício dos que residiam na Vila, quanto para o funcionamento da política de ocupação do território maranhense.

Sua base econômica estava ligada às atividades da pesca e da plantação de mandioca. Principal rio de Icatu, o Munim serviu como demarcador das áreas atuais do município, além de propiciar a fertilidade dessas terras.

O Mony entra no Mara da Villa de Icatu, pelo rumo do Noroeste da cidade de S. Luiz do Maranhão. As suas terras são inferiores para a cultura de arrô, e algodão; porém por outra parte são muito próprias para a produção de farinha. Abundam de muitas árvores de angiroba, ou andiroba, de cuja castanha se tira uma maça que desfeita ao sol, distilla hum azeite para alumiar, e de que se faz sabão. A camera desta Villa tem estabelecido certas condemnações contra quem corta algum pé, pois que o rendimento destes productos forma a subsistencia de humabôa parte dos seus moradores.⁵⁶

A construção de empreendimentos, como os engenhos de açúcar e madeira construídos por Pedro Jansen Moler (marido de Tereza Margarida da Silva Horta, que detinha grandes posses pelas terras de Icatu), não obtiveram êxitos. Mesmo que a construção desses engenhos, nos quais tanto se investiu, não terem alcançado os resultados esperados, o comércio sobre o cultivo e elaboração da farinha de mandioca e a produção do sabão de andiroba, tornou-se fundamental na construção de uma economia local. Segundo Claudiomar Matias Rolim Filho,

A economia brasileira no século XVIII era formada por várias ilhas econômicas em que algumas se conectavam entre si e outras permaneciam quase que isoladas. Os dois principais

⁵⁵MATOS, José Maria de Oliveira. *Trecho do Hino Municipal de Icatu*. 1985.

⁵⁶GAIOSO, Raimundo José de Sousa. *Compêndio Histórico-político dos princípios da Lavoura do Maranhão*. 1818. Gráfica Rongeron – Paris. Coleção São Luís. p. 102-103.

sistemas eram a economia do açúcar na Zona da Mata nordestina e a economia do ouro mais ao sul.

No Norte havia os dois centros autônomos e relativamente isolados do Maranhão e do Pará que viviam de forma primitiva por meio do extrativismo florestal. O Maranhão ainda se comunicava com os outros centros econômicos devido à pecuária, que foi empurrada para o interior maranhense, encarregada de fornecer alimento e tração animal, com o Pará mantendo-se mais isolado.⁵⁷

As regiões interioranas e suas economias locais, voltadas para a agricultura de pequeno ou grande porte serviam ao processo colonial, principalmente no que se diz respeito à urbanização durante o século XVII e XVIII. No interior da conquista as drogas do sertão davam segurança a manutenção da economia local. É o caso da presença de baunilha no interior de Icatu. Em carta de 15 de março de 1740, por consulta do Conselho Ultramarino, observa-se a cultura da plantação de baunilha em regiões mais adentro da vila de Icatu, “O capitão mor da Villa de Santa Maria do Icatu [...] deu conta a V. Majestade por esse conselho [...] nas matas do distrito daquela vila se acha infinitas baunilhas...”.⁵⁸

A descoberta da baunilha exigiu um cuidado específico com a colheita desta droga do sertão, quando encontrada a sua colheita era dada mediante a derrubada das árvores e de maneira antecipada, em carta a Coroa Portuguesa recomendava que a especiaria, deveria ser coletada na data e de forma correta. O não cumprimento desta recomendação incorria em pena, ficando clara a ligação e nomeação da vila de Icatu enquanto fazenda real.

Em resposta da carta em questão o capitão mor fazia referência à dificuldade na execução da pena, pelo fato da colheita da baunilha se dá em regiões dispersas e de mata densa, dificultando a fiscalização. Entretanto, o oficial admitia que tal fiscalização era importante, visto que a atividade não servia apenas aos ditos homens brancos:

[...] mas tão bem os Indios para da sua venda tirarem algum lucro, e que assim lhe pareceria ser util se praticasse o que a Vossa Magestade representa o Cappitam mor do Icatû [...] e dandosse de tudo vista ao Provedor da Coroa respondes que sempre lhe pareçia ser vtil a prohibição como aponta o Cappitam mor, por que o temor de se poder saber poderá em parte evitar este prejuizo sendo posta a pena de prizã, e assoetes, e duzentos mil reis para o acuzador”.⁵⁹

⁵⁷FILHO, Claudiomar Matias R. *Formação econômica do Maranhão: de província próspera a estado mais pobre da federação. O que deu tão errado?* Brasília – DF, p. 19.2016.

⁵⁸AHU_CU_009, Cx. 26, D. 2639.

⁵⁹AHU_CU_009, Cx. 26, D. 2639.

A sorte das frutas encontradas, a pesca e o plantio de algumas drogas do sertão e outros produtos, alimentavam a economia local sem exageros, apenas para as necessidades de consumo. A região da vila de Icatu sofreu com diversas questões que dificultaram o processo de colonização, desde a chegada as terras, até a ocupação real delas. Pensar por esse ângulo, nos leva a entender a preocupação na execução do precipitado projeto colonial.

A reação de manter os esforços e permanecer na tentativa para que o projeto de colonização desse certo corresponde a necessidade de aproveitar e esperar resultados sobre os empreendimentos voltados a conquista e ocupação do espaço. A busca por maior espaço territorial custou a Portugal, recursos, vantagens e desvantagens, evidenciando a necessidade de reformas na política de ocupação que atendessem melhor a vastidão dos territórios ocupados.

Com a chegada de Jerônimo de Albuquerque a Icatu, os portugueses se misturaram na parcela de nativos⁶⁰, povoando as terras de Icatu com o incentivo da Coroa preocupada em não permitir o abandono da Capitania real. O projeto de povoação por migração, influenciado e patrocinado pela metrópole buscava atender à necessidade da mão de obra, impulsionando a economia local, além de sustentar a estrutura necessária para administração da então região e fornecer condições para sustento de seus súditos.

Junto à migração, segundo alguns historiadores o uso da mestiçagem e a reprodução entre os próprios negros e brancos resultava em linhas de produção mais baratas para os donos de grandes propriedades. A partir da chegada dos africanos escravizados, os índios passaram a constituir uma parte inferior da sociedade. É durante o processo de colonização que a identidade regional passa a ser formulada ligada ao desenvolvimento de uma subcultura onde as culturas populares passaram a serem subordinadas as culturas de elite.⁶¹

Algumas mudanças no modelo administrativo português ganharam força ao longo do tempo, é o caso da criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, um dos fatores que contribuíram para o impasse entre a Coroa e a Companhia de Jesus, importante agente na conquista e ocupação do espaço da América

⁶⁰ALMEIDA, José. *Icatu: terra de Guaxenduba*. (1614-2014). Ética, 2014. Sobre os nativos locais, eram os caicases e guaianases que ocupavam a região antes das chegadas dos portugueses.

⁶¹ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. *Cultura popular e sociedade regional no Maranhão do século XIX*. Bulletin of Latin American Research, Oxford, v. 14, n.3, p. 265-286, 1995.

portuguesa. O trabalho conjunto entre essas duas esferas, permitiu fracionar e executar ações durante o período colonial do Brasil, até meados do século XVIII⁶².

Partindo do macro para o micro, conseguimos dimensionar a imensidão do projeto colonizador e seus participantes na sua efetivação. Apesar de muito já se ter discutido anteriormente sobre economia no Maranhão Colonial e suas faces dentro da Vila de Icatu, é preciso comentar que durante muito tempo eram os jesuítas que detinham, enquanto instituição, o poder econômico no Maranhão.

3.1 As relações contratuais como elemento para o desenvolvimento econômico local

É de suma importância que se compreenda a história de Icatu em conformidade com o contexto histórico do Brasil e do Maranhão, para com isso, analisar as particularidades da política colonizadora da Coroa Portuguesa na Vila. Porém, tal empreitada não pode ser feita sem a análise das redes políticas, sócias e econômicas a qual essa localidade se insere. Pois, as relações contratuais montadas no modelo administrativo português, também se estabeleceram em Icatu.

Convém então, interpretar o conceito de rede, como elemento de sustentação da dominação e de manutenção político-administrativa da Coroa Portuguesa. Assim, mais uma vez chegamos a discussão sobre o ato de negociar, de estabelecer trocas como uma rede de contratos entre os quais deveria existir resultados calculados.

Nesse sentido, entre uma administração de relações ligadas entre Camarários, governadores e a Coroa, de proximidade, de trocas e de manutenção, pode-se entender que

(...) nas sociedades do Antigo Regime, que eram governadas, mais pelos homens do que pelas instituições, notamos que as redes de relações constituíam um elemento fundamental do capital social e da capacidade de ação que os poderosos poderiam mobilizar em seu proveito. Assim, as redes de relações também podem ser vistas como rede de poder.⁶³

Nessa perspectiva, desde a presença dos primeiros portugueses no território onde se constituiu a vila de Icatu organizou-se a comum prática do Império português de

⁶²Foi nesse período, que se deu a expulsão dos jesuítas das posses de Portugal em resposta a concentração de poder dos religiosos.

⁶³KÜHN, Fábio; COMISSOLI, Adriano. Administração na América portuguesa: a expansão das fronteiras meridionais do Império (1680-1808). Revista de História. São Paulo [online]. Sem paginação específica. 2013.

concessão e troca de cartas de sesmarias a esses “desbravadores”, criando uma intrínseca relação de poder com a terra.

O próprio terreno utilizado para o surgimento da vila pode ter sido fruto de uma troca entre Theresa Margarida da Silva e Orta com a Coroa Portuguesa por terras em São Paulo. Sobre essa troca afirma-se que

O marido de Theresa Margarida teve um “engenho de serração de madeira”, no Maranhão, em Icatu, atividade essa que consumia somas elevadas, para as quais, certamente, deve ter contribuído o dinheiro absorvido (e mesmo furtado) de José Ramos.⁶⁴

Outro texto referente à existência de posse da terra por parte da romancista Theresa Margarida da Silva e Orta, pertence a pesquisa de Conceição Flores, onde ressalta-se que

Diversas petições existentes no Arquivo Histórico Ultramarino, referentes ao Maranhão, feitas por Pedro Jansen Moller dão conta das dificuldades financeiras em que a família se encontrava para saldar dívidas contraídas para estabelecer uma serração de madeiras em Icatu, comprada em 1739.⁶⁵

Utilizando-nos do caso de Theresa Margarida, notamos a dimensão, e perspectivas de crescimento em relação a referida vila, executados com objetivos claros de garantir a ocupação e o desenvolvimento daquelas terras. Dessa forma, pode-se observar que a política administrativa em questão, funcionava em conjunto com as variantes do poder local e central.

Após mudança de território em Icatu, aos que foram enviados para então ocuparem e movimentarem a nova vila, os investimentos seguiram-se em construções principais, como uma Igreja e uma casa de Câmara. Além disso, imediatas providencias foram tomadas para enviar casais portugueses para formar um núcleo populacional que desenvolvesse e garantisse o crescimento populacional. Mais tarde, com o envio de escravos, a economia tornou-se a manter-se local, com a troca/comércio por frutas

⁶⁴CARDOSO, Beatriz Amazonas. “*Eu sou mulher e não tenho a pena de Homero*”: Theresa Margarida da Silva e Orta e as origens da escritura feminina portuguesa. Tese (Doutorado). Programa de Pós- Graduação em Literatura Portuguesa. Universidade de São Paulo.p. 56, 2009.

⁶⁵FLORES, Conceição. *Tecendo a história das mulheres no século XVIII*: Teresa Margarida da Silva e Orta. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.p. 03, 2002.

locais. Vale ressaltar, que a presença do escravo foi essencial na construção da vila e na movimentação local assim como em outros empreendimentos da sociedade escravista.

Mesmo admitindo-se a importância da mão-de-obra africana para o desenvolvimento econômico da Vila, essa mão-de-obra, a princípio, foi inviabilizada para os moradores devido ao preço que eram vendidos no mercado. O que levou a Coroa Portuguesa a admitir suas falhas no projeto de desenvolvimento do Maranhão.

(...) o próprio rei reconhecia, numa carta ao governador do Maranhão que não se haviam cumprido as promessas feitas aos moradores, reiterando a ordem de distribuir africanos entre eles, e finalmente autorizando o aprestamento de uma canoa de resgates para o sertão.⁶⁶

As lacunas do século XVII e XVIII na história da vila de Icatu, principalmente sobre os estudos de certidões de óbitos, casamentos e testamentos, nos fazem vagar pelo imaginário da redistribuição e do caminho seguido para a posse e construção da região local da atual cidade.

A administração de Icatu enquanto parte da Amazônia Oriental reflete as dinâmicas administrativas portuguesas para o estado do Maranhão. Os anos de Glória da vila se entrelaçam as constantes lutas pela sobrevivência dos investimentos sobre uma fazenda real e o comprometimento do governo português sobre seu empreendimento.

Por vezes, a constante presença indígena nas redondezas e principalmente nas terras escolhidas para o estabelecimento da Vila velha e Vila nova de Icatu levou a constantes conflitos de disputa da posse da terra, mas também deixou traços marcantes de sua cultura naquela sociedade da qual também se faz das heranças africanas.

Ao falarmos sobre a cultura negra na história de Icatu é importante ressaltar a forte e grande presença de negros na região atualmente chamada de Munim Mirim, construída no século XVIII pelos jesuítas e pertencente após a expulsão dos jesuítas ao então Manoel Fernandes Gotz.

⁶⁶CHAMBOULEYRON, Rafael. *Povoamento, Ocupação e Agricultura na Amazônia Colonial (1640-1706)*. Belém: ed. Açai / Programa de Pós – graduação em História Social da Amazônia (UFPA) /Centro de Memória da Amazônia (UFPA). p. 120.2010.

Foto 03: Ruínas da fazenda Munim Mirim.



Fonte: Domingos de J. B Lima. Arquivos pessoais (2012).

Na foto acima é possível ver as ruínas de parte da fazenda, onde segundo os moradores locais, era exatamente nessas colunas que os escravos eram acorrentados ou amarrados e chicoteados pelos seus senhores. O local em questão fica em mata densa e úmida, sofrendo com as alterações do clima e o descaso local ao longo do tempo.

Sobre essa fazenda, composta de forno e poço, consta em documento do Arquivo Histórico Ultramarino que após a expulsão dos jesuítas no século XVIII os bens da propriedade foram danificados e levados. A existência da fazenda pode ser analisada mediante a carta enviada a Joaquim de Melo e Povoas então Governador da Capitania do Maranhão, onde se ressalta que

[...] o Capitão de Infantaria com exercicio de Engenheiro Manoel Fernandes de Gotz, e por consequência o ficar estabelecido nella [...]. Foi o mesmo senhor servido, não só honrado com o Posto de Sargento mor de Infantaria com exercicio de Engenheiro, cuja patente lhe remeto nesta occasiao, mas de lhe fazer mercê, de lhe doar para sempre a favor da Sua Família a grande Fazenda do Munimirim [...].⁶⁷

⁶⁷AHU, cx. 58\Doc. 5362

É sobre a existência dessa fazenda que podemos afirmar na tentativa do funcionamento de um engenho de açúcar pertencente aos domínios de Icatu, pois a economia do empreendimento girava em torno do engenho e de frutas locais, tais como a andiroba (muito utilizada na produção de sabão até os dias atuais), o coco, o cacau (que inclusive cobrem atualmente e completam a paisagem das ruínas da fazenda/engenho do Munim). As ruínas encontradas em Munim-Mirim da fazenda citada em questão foram edificadas em parceria com a Aldeia de São Gonçalo, onde se encontra hoje, a atual Capela da Luz em Belém.

No século XVIII, os Jesuítas foram expulsos do Maranhão por Sebastião José de Carvalho, o marquês de Pombal, levando a ruína da fazenda. Nesse contexto, as demarcações de terras sobre a ótica de pertencimento vislumbram ao povoado de Munim Mirim, o reconhecimento da terra sobre os grupos étnico-raciais. Boa parte da história contada a respeito das ruínas dessa fazenda faz parte da memória local como elemento da afirmação de pertencimento do povo. A memória enquanto construção da identidade coletiva permanece como necessária para que as gerações desfrutem da riqueza de permanecer a um lugar. De ser parte importante na formação da Maranhão.

3.2 A construção da coletividade a partir do uso da oralidade

A cultura de um povo sobrevive através de práticas que valorizem a transmissão de elementos culturais de uma determinada sociedade, nesse sentido é importante ressaltar que o uso da oralidade se torna essencial na manutenção da cultura local e construção da memória, comunidade e identidade.

A história oral enquanto ferramenta para registro de memórias como narrativas na construção do documento, tornam-se registros importantes para a reflexão da formação da sociedade e/ou de momentos específicos a serem tratados, pois se deve entender que a transmissão de conhecimento, de vivências e experiências é cultural e faz parte do processo de formação do homem⁶⁸. O lugar de onde se fala diz muito sobre o que se fala.

⁶⁸ALBERTI, V., FERNANDES, TM., and FERREIRA, MM., orgs. *História Oral: desafios para o século XXI* [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.

A questão a ser tratada, utilizando a história oral como ferramenta de pesquisa dentro de um tema sobre os séculos XVII e XVIII, diz respeito a como a memória local preservou a história sobre o povo da cidade de Icatu, ou seja, como toda a informação do processo de ocupação e colonização da vila de Icatu, conseguiu chegar até a atualidade (século XXI). Nesse mesmo aspecto, pretende-se neste capítulo identificar quais fatores influenciaram na construção de identidade local e no sentimento de pertencer a algum lugar, a alguma parte da história, sendo necessário para que se perceba a continuidade da história em 405 anos.

A ferramenta (oralidade) utilizada está relacionada não a tradição apenas, mas a investigação sobre o conhecimento de um povo, onde a escolha dos personagens a serem entrevistados, permitem refletir sobre a falta de documentação escrita, em relação a ocupação do Maranhão através da Vila de Icatu durante o século XVII e o século XVIII. Assim o uso da História Oral Temática, ou seja, sobre o tema da ocupação do espaço, e sobre a liberdade do povo em contar a história, é essencial, complementando outras fontes de pesquisa, tais quais documentos primários e bibliografia.

Apesar de se tratar de ocorrências com pouco mais de três séculos, a oralidade, adquiri características importantes para preencher as lacunas existentes na história de Icatu. Há de destacar a importância da memória na preservação da tradição local.

Os campos de pesquisa utilizados foram à *história de comunidades* e *ahistória de memórias*, abordados por Alberti Verena, sendo esta última

(...) bastante adequada para o estudo da história de memórias, isto é, de representações do passado. Estudar essa história é estudar o trabalho de constituição e de formalização das memórias, continuamente negociadas. A constituição da memória importante porque está atrelada à construção da identidade.⁶⁹

A pesquisa feita buscou deixar o entrevistado confortável para o processo de conversa sobre o tema em questão, assim a proximidade ao assunto liga-se a memória e a questão da representatividade, atrelado a identidade, encontrada no campo pesquisado, tão importante e significativo para a sociedade em questão.

Assim, foi elaborado um pequeno roteiro que buscasse aproximar o entrevistado da identidade a qual pertence, pois, a entrevista quando em sua neutralidade permite identificar a voz de quem fala e sobre o seu lugar, além do quanto isso interfere no processo de elaboração do discurso. No entanto, o afastamento quanto ao objeto de

⁶⁹ALBERTI, Verena. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro : Editora FGV. p. 23. 2004.

pesquisa precisa ser necessário para integrar e preservar a validação do que é falado pelo entrevistado, ou seja,

O historiador não deixa de ouvir, mas sabe que deve se distanciar, que a simpatia necessária, virtude central do bom entrevistador, não deve cegá-lo nem priva-lo da lucidez. O cruzamento das fontes, o necessário espírito crítico não são incompatíveis com o respeito devido à testemunha ou aos grupos. A história relativiza, na melhor acepção do termo; ela desafia a ideia simplista de uma memória e tradição oral (...). A história mostra, ao contrário, que estas são construções que evoluem, integram elementos exteriores, estrangeiros, que são até mais dinâmicas, que são capazes de mestiçagens culturais (...). Fazer compreender, a uns e outros, que se reconhece a parte da verdade que exprimem, mas que sua verdade não é a verdade global é ajuda-los a abrir suas identidades.⁷⁰

A pesquisa em questão faz uso da oralidade como ferramenta para agregar na base primária de documentos levantados e estudados, construindo uma narrativa que estimula a produção historiográfica local através da história contada.

O tema proposto para a aplicação do questionário gira em torno da política de colonização implementada por Portugal na fazenda real da Coroa, a vila de Icatu. Assim as perguntas foram elaboradas de modo que não se fugisse ao tema e fosse dado ao entrevistado o sentimento de estar fazendo parte da história com suas próprias experiências e as de suas gerações e aprendizados. Sobre a História Oral Temática

Um dos pontos mais relevantes diz respeito à preparação das entrevistas e sua condução. Se em trabalhos que se apoiam em histórias de vida privilegia-se o fluxo narrativo do colaborador e a utilização de estímulos, em história oral temática utiliza-se o recurso de roteiros e questionários que delimitam os temas a serem abordados durante a entrevista.

Percebe-se ainda maior interferência do entrevistador, que direciona os temas de interesse. Tais diferenças não significam que há interrupções bruscas na fala do entrevistado, nem tampouco falta de respeito por sua subjetividade. Contudo, são importantes particularidades, que demonstram a necessidade indiscutível de uma base teórica e metodológica para a realização de tais projetos.⁷¹

⁷⁰JOUTARD, Philippe. *Desafios a História Oral do século XXI*. ALBERT, V., FERNANDES, TM., and FERREIRA, MM., orgs. *História oral: desafios para o século XXI* [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. p. 69.2000.

⁷¹BONI, Marcela. *História oral temática: particularidades metodológicas*. Em <https://falaescrita.wordpress.com/2013/01/29/historia-oral-tematica-particularidades_metodologicas/>. Acesso em 25/11/2019.

Assim, a utilização de um roteiro de perguntas já preparado anteriormente, norteia a entrevista a permanecer no tema escolhido e facilita a real necessidade de precisar acomodar o entrevistado em suas próprias palavras.

As perguntas utilizadas neste caso consistiam em adquirir a informação sobre quanto tempo o entrevistado residia em Icatu? Qual a sua profissão? Quais as lembranças mais marcantes de sua infância, em principal sobre as histórias que ouvia a respeito da cidade? O que o entrevistado sabia sobre Icatu? O que era ser icatuense e qual o elemento mais marcante da cultura local? Com base nessas perguntas pode-se observar o processo de construção de uma memória coletiva seguindo a “tendência mundial de regionalização da identidade, da consciência e das noções de história.”⁷² Ou seja, nos direciona a construção da identidade a partir de diversos pontos de vista que são formados mediante a experiência de vivência local e a transmissão de conhecimento, em ampla discussão sobre a modernidade e seus efeitos no processo da construção da história de Icatu.

Na maioria das entrevistas, foi possível observar o medo em relação a violência e ao perigo de se estar em uma cidade distante das demais da região do Munim, retida (em questão de localização) e distante da MA, rodovia que facilitou o progresso, por exemplo de Morros, cidade cortada pela MA 402. Segundo alguns relatos, a queda na economia de Icatu, ficou ainda mais acentuada após a construção da BR 402 no século XX, revertendo a história, pois se no século XVIII a problemática em se viver na vila velha de Icatu era pela falta de um porto de mar, no século XX, a dificuldade estava na construção da rodovia e na exclusão de Icatu, cidade com principal porto para a ligação até São Luis e São José de Ribamar.

Entre os entrevistados, está o senhor Carlos de Jesus Gonçalves, filho da terra e funcionário público que ao ser perguntado sobre a ocupação do espaço que corresponde a Icatu, respondeu

Falar de Icatu é falar do berço do Maranhão, aonde o Maranhão nasceu (...). Santa Maria é a raiz da história católica, não apenas em Icatu, mas no Maranhão, porque foi aonde aconteceu a primeira procissão católica. Onde foi construído o primeiro templo católico, conseqüentemente onde teve o trabalho, começaram os trabalhos religiosos, teve a primeira comunidade, ainda não era a comunidade eclesial de base mas teve a primeira comunidade católica. Aconteceu

⁷²LEYDESDORFF, Selma. *Desafios do Transculturalismo*. ALBERT, V., FERNANDES, TM., and FERREIRA, MM., orgs. História oral: desafios para o século XXI [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. p. 72.2000.

aqui em Icatu e lá no povoado de Santa Maria, que nasceu no século XVII em 1614. Como? Quando os franceses chegaram em São Luís em 1612, ahhh (buscando as palavras), o governo português, em Pernambuco o governo brasileiro, em Pernambuco tomou conhecimento e pediu autorização pra Coroa portuguesa, o Rei de Portugal autorizou que fosse formado uma expedição pra expulsar os franceses daqui. Bom, e essa expedição foi formada, comandado por Jeronimo de Albuquerque e Diogo de Campos Moreno, e, chegaram aqui em Icatu no dia 26 de outubro de 1614, atracaram lá na praia de Santa Maria. Só que antes... Porque que eu não digo que eu não falei que foi a primeira a missa? Aqui em Icatu teve a primeira Romaria, foi construído o primeiro templo, mas não aconteceu a primeira missa. A primeira missa católica no Maranhão aconteceu em Alcântara na vinda deles onde já tinha vindo uma expedição e os portugueses, aquela tradição portuguesa: onde chega, em terra nova, celebra a missa (...) eles [portugueses] só entraram no Rio Periá, atracaram na área de Primeira cruz, celebraram a missa, fincaram a cruz, celebraram a primeira missa, mas viram que era muito distante de São Luís e vieram em bora.⁷³

Como é possível observar, o discurso do Carlos de Jesus contém detalhes específicos, frutos de uma leitura sobre a história local, anexada a sua formação como historiador, ao mesmo tempo em que também expõe a noção de pertencimento e valor a esse sentimento. A construção da memória, neste caso, vai muito além das tradições orais da comunidade.

Como já foi mencionado durante este trabalho, a importância da produção historiográfica do historiador José Almeida, interfere, positivamente em questão de conhecimento na construção da memória local, já que devido ao acesso a informação, a comunidade pôde conhecer bastante de sua história. Entretanto há de se estar preocupado com o excesso no sentido da proximidade do autor com o seu objeto, que por sua vez é visível na obra, onde quase não existe crítica alguma em relação a formação de Icatu, e sim valorização.

O discurso de Wilsson Carlos Fonseca Cantanhede, morador da cidade de Icatu, é um reflexo da predominância do discurso de José Almeida

Basicamente o que nós sabemos é baseado no trabalho do José Almeida. Nós trabalhamos encima daquilo que José Almeida trabalhou. Zé Almeida já tem uma vida inteira dedicada a essa pesquisa, com relação não só a história da cidade, mas, tudo que envolve direta e indiretamente, costumes, as tradições do, do, município, e não só do município mas toda essa região. Então pelo ao

⁷³Entrevista concedida por Carlos de Jesus Gonçalves Filho. **Entrevista 1**. Novembro de 2019. Entrevistador: Katyre Rosa de Jesus Lima. Icatu, 2019. 1 arquivo mp3 (46 min).

menos o que eu sei, é baseado naquilo que ele escreve, naquilo que ele faz.⁷⁴

A semelhança entre os discursos, o apego a história contada por José Almeida em comunhão com o sentimento de pertencer a uma parte ativa durante o processo de colonização do Maranhão, demonstra a afetividade e o conhecimento da história com acesso popular, importante elemento presente na escrita de José Almeida, que por sua vez é uma escrita mais acessível e de fácil entendimento.

(...) quando a gente chegava na praia do Barbosa em São José de Ribamar, eles pra tirar onda da cara da gente “tu é da onde? Sou de Icatu. Ishe (expressão local, de espanto), cidade velha!” A gente baixava a cabeça. Depois de 1985, o que que aconteceu em 1985? O prefeito da época, dr. Zezinho, ele não lançou um livro, ele lançou um artigo, um livreto. O quê que ele publicou? O hino de Icatu, que é um dos mais bonitos do Brasil, o hino de Icatu, e lançou um artigo, chamado “MomorialIcatuense”. A gente já ergueu, háaaparaí, ergueu o queixo, que quando foi agora no final da era 90, começo dos anos 2000, juua... esse, Zé Almeida, lançou o livro mesmo, publicou a grande obra “Icatu: terra de...” Aí que a gente não parou o sorriso que abriu. Que aí a gente chega ne Ribamar, quando algém: há tu é de cidade antiga, como é, da cidade velha. Não senhor, eu sou duma cidade antiga, uma cidade história meu irmão, que tem história. Tu é nosso filho cara. Entendeu? Nós mudamos a percepção, a forma de ver, nossa cidade.⁷⁵

Em conversa com pessoas naturais da terra, pode-se perceber que a historiografia de Icatu, produzida por José Almeida, foi feita principalmente para Icatu, perceptível nos detalhes contados pelo povo, que só poderiam ser encontrados em documentos primários. Um detalhe é importante na aproximação da sociedade com sua história, suas raízes. Continuando a conversa com o Carlos de Jesus Gonçalves observamos as os detalhes sobre a mudança da vila de Icatu

No século XVIII, quando a vila mudou pra cá que lá era muito difícil, muito doentia a área, muita lama pra ir pra pescaria e o povo não tava se acostumando. Eles mandaram a Câmara, a casa da Câmara, que era o único poder que existia naquela época. Não tinha prefeitura, não tinha judiciário, tudo era resolvido na Câmara. Mandou uma carta para el rei de Portugal e o reio pedindo uma outra, e deram a sugestão de uma outra faixa de terra e foi quando em 1759, é, a vila mudou pra cá. Contanto que hoje ainda tem lá, vila velha, só tem uma casa lá (...) Chegando aqui, ali onde é a praça, ali era uma grande lagoa, ali era

⁷⁴Entrevista concedida por Wilsson Carlos Fonseca Cantanhede. **Entrevista 2**. Novembro de 2019. Entrevistador: Katyre Rosa de Jesus Lima. Icatu, 2019. 1 arquivo mp3 (23 min).

⁷⁵Entrevista concedida por Carlos de Jesus Gonçalves Filho. **Entrevista 1**. Novembro de 2019. Entrevistador: Katyre Rosa de Jesus Lima. Icatu, 2019. 1 arquivo mp3 (46 min).

todo encharcado. Agora, esses negros, cara eu tenho orgulho de ser, ter sangue negro, ser de origem negra, porque é, os grandes feitos não só do Brasil, mas do mundo inteiro, teve a participação dos negros, pena que foi a base de chicotada, desrespeito, desvalorização, toda violência, mas eles construíram, então, primeira casa construída aqui em Icatu: o prédio da Câmara Municipal de vereadores, a segunda o prédio da Igreja Católica e o terceiro, o prédio que antes, há 10 anos era o CECAPs, o centro de... que já foi paróquia, nasceu como paróquia, era casa de apoio a Igreja Católica. (...) a parede, ela tem quase de 1.5m de largura. É parede construída só na base de pedra e cal.⁷⁶

Nas entrevistas concedidas, os entrevistados demonstraram o carinho e respeito pela história de seu povo, e mais ainda pela ligação e resistência da cultura negra na região, ou seja, das regiões quilombolas até as manifestações culturais. Além disso, a devoção a Nossa Senhora da Conceição, figura importante na constituição da religiosidade local, é firme elemento cultural sobre a fé e religiosidade local.

A construção da Igreja principal permanece até os dias de hoje com boa parte de seu modelo original preservado, tendo sofrido pequenas reformas que não alteraram o significado em ter escolhido a padroeira, mas

A construção da Igreja Nossa Senhora da Conceição de Icatu foi iniciada em 1759 (...). O prédio original tinha o formato de U e compunha-se das seguintes dependências: átrio, torre lateral, nave única, capela-mor, sacristia e o coro situado no alto da nave.⁷⁷

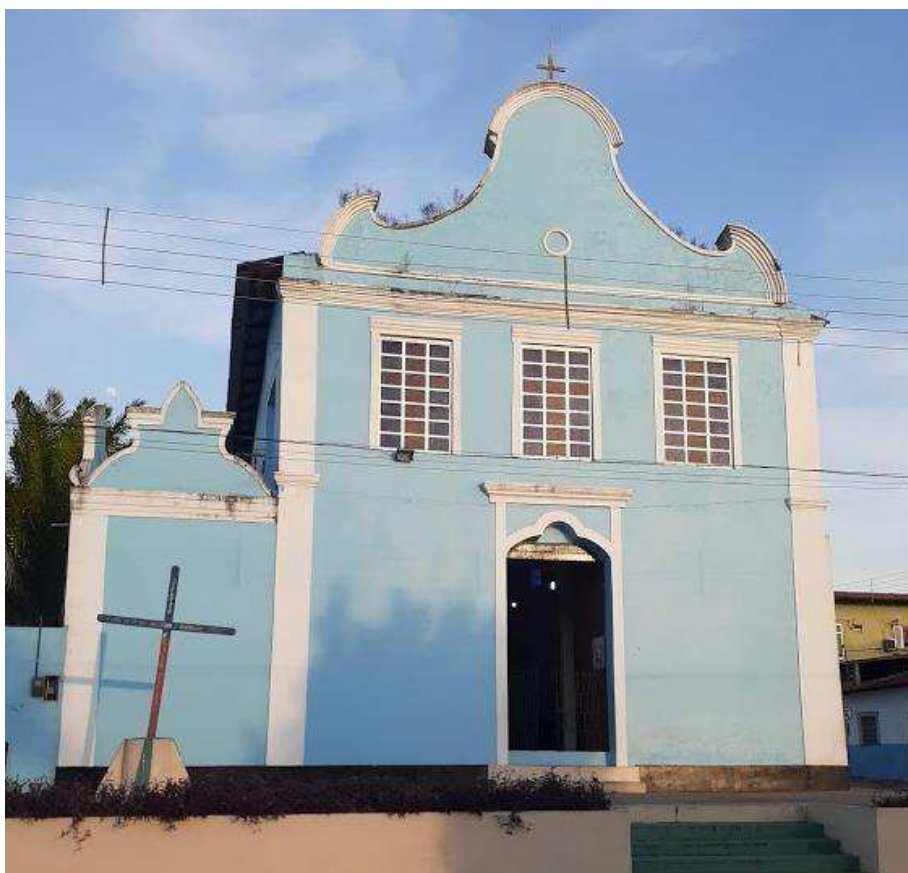
Quanto à atual construção citada a cima (Câmara, Igreja e antigo CECAPs) as fotografias a seguir mostram que a Igreja Católica ainda preserva o modelo original da fachada assim como a revitalização de suas paredes internas e a imagem da padroeira Nossa Senhora da Conceição. Na Foto 04 é possível observar a frente da Igreja da cidade, conservada em seu modelo original desde o ano de 1759, com paredes largas e a parte mais alta em padrão a boa parte das igrejas construídas na mesma época.

A história de Icatu, assim como de várias outras cidades, pode ser contada em diversas formas, assim como a preservação de seus primeiros prédios ou lugares significantes, e neste caso, sobre os bens materiais, a questão é que a riqueza da Igreja de Icatu, também pode ser encontrada no acervo local, e nos órgãos a qual alguns objetos foram distribuídos.

⁷⁶Entrevista concedida por Carlos de Jesus Gonçalves Filho. **Entrevista 1**. Novembro de 2019. Entrevistador: Katyre Rosa de Jesus Lima. Icatu, 2019. 1 arquivo mp3 (46 min).

⁷⁷ALMEIDA, José. *Icatu: terra de Guaxenduba*. Imperatriz, MA: Ética. p. 185. 2016

Foto 04: Igreja de Nossa Senhora da Conceição, Icatu – MA.



Fonte: Katyre Rosa de J. Lima. Arquivos pessoais, 2019.

O altar da Igreja apresenta no plano mais alto a Imagem primeira de Nossa Senhora da Conceição deixada na Vila Nova. A Foto 05 mostra um espaço pouco complexo da estrutura interna do local que ao longo dos anos foi desmontado por particulares que guardaram alguns elementos pertencentes à Igreja, seja para exposição, segurança ou até mesmo por domínio próprio.

A fé católica na cidade de Icatu permanece forte, sendo, por exemplo, a Festa da Imaculada, entre o final dos meses de novembro e início de dezembro, um dos maiores festejos da região do Munim. Segundo José Almeida a “Freguesia de Nossa Senhora da Conceição já existia desde 1688⁷⁸.” Porém, somente após 1722 com o desmembramento de Icatu, as terras que a constituíam ganharam freguesias diferentes (Freguesia de Nossa Senhora da Conceição e de Nossa Senhora das Dores).

⁷⁸ALMEIDA, José. op. cit., p. 177.

Foto 05: Altar da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, Icatu – MA.



Fonte: Katyre Rosa de J. Lima. Arquivos pessoais, 2019.

Segundo o entrevistado Joel Gonçalves, boa parte dos objetos que decoravam a Igreja, hoje podem ser encontrados espalhados pelo Brasil e pelo mundo⁷⁹. Os demais prédios também ainda permanecem de pé, seguindo a mesma linha em terem tido reformas, mas que preservaram o formato original das construções. A Câmara de Icatu permanece funcionando no mesmo prédio onde foi exercido a primeira Casa de Câmara da Vila de Icatu, a Foto 06 mostra a fachada do local, situado na praça central, ao lado direito da Igreja. Este prédio possui boa parte de sua estrutura física inalterada.

Assim como boa parte dos prédios históricos locais, a Câmara Municipal de Icatu preserva traços importantes da arquitetura colonial, tais como suas grossas paredes⁸⁰. Infelizmente pouco se tem conhecimento da atuação ou da composição da Câmara durante o século XVIII a não ser quando da representação para mudança da vila durante a década de 1750.

⁷⁹Entrevista concedida por Joel Gonçalves Cantanhede Filho. **Entrevista 3**. Novembro de 2019. Entrevistador: Katyre Rosa de Jesus Lima. Icatu, 2019. 1 arquivo mp3 (40 min).

⁸⁰Esta informação foi obtida na entrevista do senhor Carlos de Jesus Gonçalves Filhos. **Entrevista 1**.

Foto 06: Prédio da Câmara Municipal de Icatu – MA



Fonte: Katyre Rosa de J. Lima2019.

Tendo uma estrutura detalhadamente desenhada, ao lado esquerdo da Igreja, encontra-se o terceiro prédio mais antigo da cidade, construído junto aos demais já citados, formando o centro da Vila e permanecendo como centro atualmente.

A Foto 07 possibilita ver a localização do prédio tendo como fundo o Rio Munim e ao lado de um dos portos da cidade, constituindo assim, o conjunto arquitetônico com quadras em tamanhos iguais, que permitem a organização da cidade enquanto planta do espaço construído no século XVIII, formando sempre quadrados iguais que ligam o centro as demais ruas.

A preservação material, entretanto, é a parte que mais sofreu com a demora pelo reconhecimento da história local e pelos poucos investimentos na criação de projetos que sustentassem a preservação do patrimônio.

Foto 07: Fachada da Secretaria Municipal de Educação de Icatu - MA



Fonte: Katyre Rosa de J. Lima. Arquivos pessoais, 2019.

Em relação à construção da memória local referente aos empreendimentos na Vila de Icatu, damos destaque para a conversa tida com o Joel Gonçalves Cantanhede Filho, funcionário público, filho da terra e formado em História pela Uema – polo Darcy Ribeiro.

Com a transferência da Vila para cá, porque aqui já tinha um porto de engenho né? Que era o porto de madeira, onde funciona o parque folclórico (...) uma fábrica só pra exportar madeira. Era rota do comércio, a foz do Rio Munim. Então economicamente era mais viável a instalação da Vila aqui do que lá em Santa Maria do Guaxenduba (...). Foi uma jogada política né, hist... hoje olhando esse movimento, foi uma questão de demarcar o território e ter acesso ao comércio através do Rio Munim né que su... pra poder então adentrar o interior do Maranhão, que então era a outra rota, tem a rota do Itapecuru e a outra da Secretaria Municipal de rota era a rota do

Munim. Então economicamente para os portugueses era uma forma de colonizar o interior do Maranhão.⁸¹

As semelhanças dos discursos vão mais além com o uso de datas, anos, meses e nomes que compõe os detalhes e o fenômeno na construção da coletividade. O comentário do Joel Filho tem base na documentação sobre a troca de terreno com a senhora Margarida Silva Horta em 28 de março de 1759, comentado na Enciclopédia dos Municípios⁸². Os dados apresentados, mesmo com a falta do documento, nos levam a Teresa Margarida Silva e Orta, que

(...) nasceu na cidade de São Paulo, provavelmente entre o final de 1711 e início de 1712. Era filha de José Ramos da Silva, um português que fez fortuna no Brasil, tornou-se Cavaleiro da Ordem Militar de Cristo e Provedor da Casa da Moeda de Lisboa, e de uma paulista, Catarina Orta. Teresa Margarida mudou-se para Portugal ainda criança, aproximadamente aos cinco anos.⁸³

Teresa Margarida tornou-se uma grande romancista no século XVIII e, segundo Beatriz Amazonas Cardoso, o marido de Teresa como já fora mencionando anteriormente⁸⁴ tinha um engenho ou fábrica de serrar madeira em Icatu.

As comparações entre as informações nos levam a observar a distribuição de terras na Nova Vila de Icatu como espaço de grandes posses delimitados. Sobre este engenho de madeira e a questão das terras da Vila de Icatu não serem propícias para a plantação de algodão, é possível observar segundo José Almeida que fica clara a insistência de um engenho por Pedro Jansen Moller, ainda nas imediações da vila velha. Porém, o investimento não obteve êxito apesar do engenho do Munim, ter sido situado em uma região de fácil acesso e porto. Sobre a união entre os personagens, que confirma o diálogo entre a troca de terras de Icatu e São Paulo

Declaro que casei na cidade de S. Paulo com a Senhora Dona Catharina de Horta, minha muito amada e prezada e honrada mulher,

⁸¹Entrevista concedida por Joel Gonçalves Cantanhede Filho. **Entrevista 3**. Novembro de 2019. Entrevistador: Katyre Rosa de Jesus Lima. Icatu, 2019. 1 arquivo mp3 (40 min).

⁸²Enciclopédia dos Municípios brasileiros. Volume XV, Rio de Janeiro 1959. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

⁸³FURQUIM, Tania Magali Ferreira. Aventuras instrutivas: Teresa Margarida da Silva e Orta e o romance setecentista. Campinas, SP:[s.n.], p. 09, 2003.

⁸⁴CARDOSO, Beatriz Amazonas. “*Eu sou mulher e não tenho a pena de Homero*”: Theresa Margarida da Silva e Orta e as origens da escritura feminina portuguesa. Tese (Doutorado). Programa de Pós- Graduação em Literatura Portuguesa. Universidade de São Paulo. p. 56, 2009.

o qual casamento fiz por carta de ametade³ de que não houve escritura mais que o costume do Reino: deste matrimônio tivemos outros filhos dos quais ao presente são vivos só três a saber: Mathias, que é o mais velho; Dona Catharina que está freira em Odivelas e Dona Theresa que está casada com o Senhor Pedro Jansen Moller de Prae.⁸⁵

A levar em consideração a influência da família de Teresa Margarida, não apenas em Lisboa, mas no Brasil também, acredita-se portanto, na permissão da construção do engenho como um investimento com boas possibilidades de funcionar, entretanto, como já foi mencionado anteriormente, isso não aconteceu.

Enfim, as relações entre os documentos e a oralidade demonstram a importância da historiografia como confirmação do que se fala, além da especificidade, pois deve-se considerar que a vivência e o processo de fala carregam o significado do lugar de onde se fala.

É da experiência de um sujeito que se trata; sua narrativa acaba colorindo o passado com um valor que nos é caro: aquele que faz do home um indivíduo único e singular em nossa história, um sujeito que efetivamente viveu – e, por isso dá vida a – as conjunturas e estruturas que de outro modo parecem tão distantes. E, ouvindo-o falar, temos a sensação de ouvir a história sendo contada em contínuo, temos a sensação de que as descontinuidades são abolidas e recheadas com ingredientes pessoais: emoções, reações, observações, idiosincrasias, relatos pitorescos.⁸⁶

Na conversa com a senhora Ana Rosa Gonçalves, pedagoga, 46 anos, natural de Icatu, nascida na comunidade quilombola de Alagados, o sentimento de ser Icatuense atrela-se a miscigenação, a formação do povo e a resistência da cultura local.

A história da nossa cidade é a história de um povo, também miscigenado, né? É uma mistura de indígenas e negros africanos, portugueses né? Quando eles chegaram aqui os povos que eles encontram foram os índios e aí junto deles vieram os negros, pra serem usados como escravos (...) e vieram pra cá, então o que ficou forte pra nós foi o sangue negro. Aqui, em nossa Icatu, o que predomina é a raça negra, a característica, a cor da pele bem acentuada.⁸⁷

⁸⁵Testamento de José Ramos da Silva, pai de Teresa Margarida. Apud FURQUIM, Tania Magali Ferreira. Aventuras instrutivas: Teresa Margarida da Silva e Orta e o romance setecentista. Campinas, SP:[s.n.]. p. 09. 2003.

⁸⁶ALBERTI, op.cit.,p. 09-10.2004.

⁸⁷Entrevista concedida por Ana Rosa Gonçalves Alves. **Entrevista 4**. Novembro de 2019. Entrevistador: Katyre Rosa de Jesus Lima. Icatu, 2019. 1 arquivo mp3 (19 min).

Ana Rosa também comenta sobre a importância de José Almeida para a construção e o entendimento do que é ser icatuense, e levando em consideração o que é dito por Alberti Verena⁸⁸, no momento em que se reporta ao sentimento de pertencimento a mesma chora, principalmente ao ressaltar a importância do negro na formação sociocultural da cidade.

Os quatro entrevistados citados neste capítulo, foram escolhidos e recomendados devido as diferentes ocupações sociais e a maneira como cada um visualiza o processo histórico da formação de Icatu em comunhão a documentação ofertada.

De vila velha a Vila Nova de Icatu, o espaço onde hoje se encontra uma cidade simples, porém com um grande significado na formação do Maranhão, ainda carrega a importância da preservação da história colonial como essencial para que possamos conhecer as nossas raízes.

⁸⁸ALBERTI, Verena. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro : Editora FGV. p. 23. 2004.

ROTEIRO DE ENTREVISTA (utilizado no capítulo 03)

- **Identificação.**
- **Iniciar com a apresentação/proposta da entrevista.**

- 1) Nome?
- 2) Idade?
- 3) Profissão?
- 4) Endereço?
- 5) Quanto tempo o entrevistado vive em Icatu?
- 6) Quais as lembranças mais marcantes sobre a infância e histórias, que o entrevistado ouvia sobre a cidade de Icatu?
- 7) O que você sabe sobre a história local (*Batalha de Guaxenduba, fundação da vila e/ou cidade, conquistas, memória*)?
- 8) Para você o que é ser icatuense (*Esperam-se respostas sobre identificação e a construção da memória*)?
- 9) O que você sabe sobre a cultura de Icatu? E qual a importância de mantê-la (*Noção de pertencimento, identidade*)?
- 10) Sobre a economia local: o que você sabe sobre os primórdios da cidade, como ela estar hoje e o que você espera?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de fundação da Vila Nova de Icatu durante a segunda metade do século XVII e primeira metade do século XVIII, aborda questões complexas, que perpassam sobre a proteção do território com direito a ser palco de uma das grandes batalhas brasileiras durante a colonização, a falta de planejamento para povoações, mudanças de território para melhor desempenho da Vila e constantes dificuldades em estabelecer uma economia local que progredisse, além da falta de mão de obra pela lacuna de assistência as solicitações, ou demora das mesmas.

A construção do Forte de Santa Maria da Guaxenduba, apesar de hoje, praticamente não restar quase as ruínas, demonstram a ampla política de ocupação e colonização da Coroa Portuguesa, assim como as suas estratégias montadas para obter o domínio sobre as terras do Maranhão, evitando o avanço Francês. Uma estratégia com a função, a priori de proteger, mas que se estendeu ao longo de séculos, tentando acompanhar o avanço da urbanização do espaço brasileiro.

Entre as dificuldades encontradas, destaca-se a resistência do indígena à presença do português, assim como da falta de porto de mar. Ambos elementos, por várias vezes, estiveram de mãos dadas como fatores principais para as queixas recorrentes dos representantes da Vila, tendo como fundamento a dificuldade de se viver sobre aquelas terras e a ameaça do abandono da mesma. Em resposta a isso, foram negociados empréstimos de escravos africanos e permitido, se possível fosse, o aumento da escravidão indígena para que os esforços demandados sobre aquela Vila não fossem perdidos.

Ao longo deste trabalho é possível perceber que a Coroa, agiu para que a povoação de Icatu, no século XVIII, não desistisse de se manter, e assim permanecer estruturada entre as esferas política, religiosa e econômica. Mas, isso não significa dizer que se obteve êxito em todas as esferas. Porém as constantes tentativas também não levaram ao perfeito acerto, caso contrário, Icatu seria reconhecido amplamente como a Batalha de Guaxenduba, ou seja, ao invés de ser falado, na imensa maioria das vezes, apenas sobre a batalha, falar-se-ia mais sobre o local onde ela aconteceu.

Entender a formação de Icatu, é complexo, não somente pelas questões já evidenciadas, mas pelo processo e finalidade com que aconteceram. O que por sua vez, é resultado de particularidades sobre cada território ocupado. Ou seja, a função da Vila

de Santa Maria do Icatu, não foi a mesma da de Alcantâra, por exemplo, e portanto, não poderia seguir o mesmo caminho.

Enfim, compreende-se que não existiu absoluto descaso da Coroa Portuguesa com sua fazenda Real, Icatu, o que aconteceu foi um emaranhado de situações que não possibilitaram erguer uma povoação e de fato estrutura-la com facilidade. Ora, para que a Vila de Icatu pudesse dar certo, precisou ser mudada para um pouco mais de 16 km do seu local de origem.

Elaborar este trabalho demorou anos. Desenhar os traços e a formação da história das vilas (no plural ao se falar da velha e nova) de Icatu, foi desafiador por diversas questões, entretanto, foi a falta de documentação específica, assim como a ausência da variedade de bibliografias que puderam limitar esta pesquisa.

Dentre as produções historiográficas necessárias, a mais utilizada foi a do autor e historiador local, José Almeida, cujo a obra *Icatu: Terra de Guaxenduba (1614-2014)* é o resultado de uma vida de pesquisas. Cada página do livro é recheada de detalhes que levam o leitor a conhecer a história de Icatu em um contexto mais geral, o que também, leva o leitor ao risco de simplificar a leitura.

De Nossa Senhora da Vitória a Nossa Senhora da Conceição, de Vila de Santa Maria da Guaxenduba a cidade de Icatu, escrever sobre a documentação primária em conversa com a documentação bibliográfica e a história oral, possibilitou uma viagem sobre a construção de uma cidade histórica, e a necessidade de preservação e aumento dos estudos sobre a história local.

Seguindo nesse mesmo conceito, cabe dar ampliação a esse estudo. Mas necessariamente a uma ramificação da Vila já citada. Investigando o desenvolvimento de outras regiões do Munim, atualmente mais desenvolvidas do que Icatu. É necessário enriquecer ainda mais a história do Maranhão colonial, e possibilitar que esse conhecimento seja evidenciado cada vez mais. É importante que mais pessoas pesquisem e escrevam sobre sua própria história.

REFERENCIAS

Fontes

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU-MA)

AHU_CU_009, Cx. 7, D. 761

AHU_CU_009, Cx. 7, D. 824

AHU_CU_009, Cx. 7, D. 826.

AHU_CU_009, Cx. 9, D. 969

AHU_CU_009, Cx. 9, D. 973

AHU_CU_009, Cx. 12, D. 1258

AHU_CU_009, Cx. 15, D. 1527

AHU_CU_009, Cx. 18, D. 1910

AHU_CU_009, Cx. 19, D. 1959

AHU_CU_009, Cx. 20, D. 2013

AHU_CU_009, Cx. 20, D. 2042

AHU_CU_009, Cx. 20, D. 2110

AHU_CU_009, Cx. 25, D. 2580

AHU_CU_009, Cx. 25, D. 2593

AHU_CU_009, Cx. 26, D. 2639.

AHU_CU_009, Cx. 26, D. 2641

AHU_CU_009, Cx. 31, D. 3167

AHU_CU_009, Cx. 31, D. 3217.

AHU_CU_009, Cx. 38, D. 3710

AHU_CU_009, Cx. 38, D. 3770

AHU_CU_009, Cx. 39, D. 3829

AHU_CU_009, Cx. 39, D. 3831

AHU_CU_009, Cx. 40, D. 3946

AHU_CU_009, Cx. 40, D. 3947

AHU_CU_009, Cx. 40, D. 3948

Entrevistas

Ana Rosa Gonçalves Alves, entrevista concedida em novembro de 2019
Carlos de Jesus Gonçalves Filho, entrevista concedida em novembro de 2019.
Joel Gonçalves Cantanhede Filho, entrevista concedida em novembro de 2019.

Wilsson Carlos Fonseca Cantanhede, entrevista concedida em novembro de 2019.

Bibliografia

ALBERTI, V., FERNANDES, TM., and FERREIRA, MM., orgs. *História Oral: desafios para o século XXI* [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.

ALBERTI, Verena. *O que documenta a fonte oral? Possibilidades para além da construção do passado*. CPDOC-FGV. Rio de Janeiro, 1996.

ALBERTI, Verena. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2004.

ALMEIDA, José. *Icatu: terra de Guaxenduba*. Imperatriz, MA: Ética, 2016. ALMEIDA, José. *Os Jesuítas na Capitania de Icatu*. Imperatriz, MA: Ética, 2015. ASSUNÇÃO, Matthias Rodrigues. *Transferência de vilas no Maranhão Oriental*. Cad. Pesq. São Luis, (2): 145-159, jul. dez. 1989.

ASSUNÇÃO, MatthiasRöhrig .*Cultura popular e sociedade regional no Maranhão do século XIX*. Bulletin of Latin American Research , Oxford, v. 14, n.3, p. 265-286, 1995.

CARDOSO, Alírio. *A conquista do Maranhão e as disputas atlânticas na geopolítica da União-Ibérica (1596-1626)*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 31, nº 61, p. 317-338 – 2011.

CARDOSO, Alírio; CHAMBOULEYRON, Rafael. *Cidades e vilas da Amazônia Colonial*. Revista Estudos Amazônicos: vol. IV, nº 2, 2009, p. 37-51.

CARDOSO, Beatriz Amazonas. *“Eu sou mulher e não tenho a pena de Homero”*: Theresa Margarida da Silva e Orta e as origens da escritura feminina portuguesa. 2009. São Paulo. Universidade de São Paulo.

CARDOSO, Manoel Frazão. *O Maranhão por dentro*. São Luís: LITHOGRAF, 2001.

- CHAMBOULEYRON, Rafael. *Povoamento, Ocupação e Agricultura na Amazônia Colonial (1640-1706)*. Belém: ed. Açai / Programa de Pós – graduação em História Social da Amazônia (UFPA) /Centro de Memória da Amazônia (UFPA), 2010
- CORRÊA, Helidacy M. M. *Vínculos entre a Câmara de São Luís do Maranhão e a política luso – imperial da conquista do espaço*. Novos olhares sobre a Amazônia Colonial /Organização Rafael Chambouleyron, José Alves de Souza Junior. – 1. Ed. p. 61-78 – Belém, PA: Paka-Tatu, 2016.
- CORRÊA, Helidacy. *Para aumento da conquista e bom governo dos moradores: o papel da Câmara de São Luís na conquista, defesa e organização do território do Maranhão (1615-1668)*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. 2011.
- FAORO, Raymundo , 1925. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. – 16ª ed. vol. 1. – São Paulo: Globo, 2004.
- FAORO, Raymundo, 1925. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. – 12. Ed. vol. 2. – São Paulo: Globo, 1997.
- FILHO, Claudiomar Matias R. *Formação econômica do Maranhão: de província próspera a estado mais pobre da federação. O que deu tão errado?* Brasília – DF,2016.
- FLORES, Conceição. *Tecendo a história das mulheres no século XVIII: Teresa Margarida da Silva e Orta*. Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRN, 2002.
- FURQUIM, Tania Magali Ferreira. *Aventuras instrutivas: Teresa Margarida da Silva e Orta e o romance setecentista*. Campinas, SP:[s.n.], 2003.
- GADELHA, Regina Maria A. Fonseca. *Conquista e ocupação da Amazônia: a fronteira Norte do Brasil*. Estud. av. vol.16 no.45 São Paulo May/Aug. 2002.
- GAIOSO, Raimundo José de Sousa. *Compêndio Histórico-político dos princípios da Lavoura do Maranhão*. 1818. Gráfica Rongeron – Paris. Coleção São Luís.
- GRUZINSKI, Serge. *Da porta da China à porta do Peru: da história colonial à história global*. In: CHAMBOULEYRON, Rafael et all. *Novos olhares sobre a Amazônia Colonial*. 1. Ed. Belém, PA: Paka – Tatu, 2016, p. 79-95.
- GRUZINSKI, Serge. *O historiador e a mundialização*. In. Programa Cátedras Fundação Ford – Écoles des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris. 2007, p. 1-14.
- JOUTARD, Philippe. *Desafios a História Oral do século XXI*. ALBERT, V., FERNANDES, TM., and FERREIRA, MM., orgs. *História oral: desafios para o século XXI* [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.

- JUNIOR, Caio Prado, 1907 – 1990. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia* /Caio Prado Junior. – São Paulo: Brasiliense, 2004.
- KÜHN, Fábio; COMISSOLI, Adriano. *Administração na América portuguesa: a expansão das fronteiras meridionais do Império (1680-1808)*. Revista de História. São Paulo [online]. 2013, n.169.
- LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. *A fundação Francesa de São Luis e seus Mitos*. São Luis: Lithograf, 2002.
- LEYDESDORFF, Selma. *Desafios do Transculturalismo*. ALBERT, V., FERNANDES, TM., and FERREIRA, MM., orgs. História oral: desafios para o século XXI [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.
- MARQUES, Cesar Augusto. *Dicionário Histórico-geográfico da Província do Maranhão*. São Luis, 1870.
- MARTINS, Dayse Marinho. “*Das trevas da ignorância à civilização*”: os Capuchinhos e a educação pela Fé na França Equinocial (1612-1615). Monografia (Graduação) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2008.
- MATOS, José Maria de Oliveira. *Trecho do Hino Municipal de Icatu*. 1985. MOREIRA, T. S. ; ABREU, THIAGO MENA BARRETO DE ; SANTOS, Jeremias Silva . *Diagnóstico Ambiental do Município de Icatu-Ma: Análise de Risco e Planejamento Sustentável*. In: VII Simpósio Nacional de Geomorfologia e II Encontro Latino-Americano de Geomorfologia, 2008, Belo Horizonte. VII Simpósio Nacional de Geomorfologia. São Paulo: TecArt. v. VII. 2008.
- MOTA, Maria Sarita. *Sesmarias e propriedade titulada da terra: o individualismo agrário na América Portuguesa*SÆCULUM - Revista de História [26]; João Pessoa, jan./jun. 2012.
- NOZOE, Nelson. *Sesmarias e Aposseamento de Terras no Brasil Colônia*. Revista Economia, set/dez 2006.
- OLIVEIRA, Luciana de Fátima. *Estado do Maranhão e Grão-Pará: primeiros anos de ocupação, expansão e consolidação do território*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.
- ORAZEM, Roberta Bacellar. *Um breve debate sobre a escravidão e a elite religiosa no Brasil colonial: a escravaria setecentista dos carmelitas calçados na bahia e em Sergipe*. 2014.
- PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Editora Brasiliense, 23ª edição, 1994.

PRETTO, Zozildo. *Maria do Cais do Porto*. Icatu, Ma: Zozildo Filho e Reynaldo, 2002.

SILVEIRA, Josiane Alves da. SANTOS, Rita de Cássia Grecco dos. *História Oral e Memória: construindo novas fontes de pesquisa sobre a faculdade católica de Filosofia de Rio Grande (1960-1969)*. Momento, ISSN 0102-2717, v. 25 , n. 2, p. 79-97, jul./dez. 2016.

On-line

BONI, Marcela. História oral temática: particularidades metodológicas. Em <<https://falaescrita.wordpress.com/2013/01/29/historia-oral-tematica-particularidades-metodologicas/>>. Acesso em 25/11/2019.

SOUSA, Rainer. Pecuária no período colonial. <<https://brasilecola.uol.com.br/historiab/pecuaria-no-periodo-colonial.htm>>. Acesso em 16 de outubro de 2019.